



Anais da Assembléia

No. 150

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO

3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI

4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB — 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB — 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL — 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT — 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2a. SESSÃO LEGISLATIVA DA
13a. LEGISLATURA
ATA DA 95a. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1996
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Edgar Bueno e Augustinho Zucchi.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Telintá, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duilio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Mitinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO No. 1197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4o. do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o

Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2a. discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO No. 1203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei no. 32/95 de sua autoria, que visa declarar de Utilidade Pública a Fundação Médico Assistencial de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO No. 1204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei 398/96 seja anexado ao Projeto de Lei 406/96, por tratar-se do mesmo assunto (prorrogação de prazo constante nos incisos I e II do artigo 3o. da Lei 11.429/96 - ICMS).

Sala das Sessões, em 22.20.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO No. 1200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER designação do dia 21 de novembro de 1996, para a realização de Sessão Solene, para outorga do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Artagão de Mattos Leão, às 15:00 horas.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 22.20.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO No. 1186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Romildo Voss, ocorrido em 18 de setembro do corrente ano de 1996.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Romildo Voss nasceu em 10. de setembro de 1930 em Curitiba - PR, filho de Henrique Voss e Olga Marty Voss. Formou-se aos 23 anos em Engenharia Civil, na UFPR, tendo também cursado cadeiras optativas (Arquitetura, Urbanismo, Higiene e Traçados de Cidades, Portos de Mar, Rio e Canais, Pontes e Grandes Estruturas) que lhe conferiram o título de Arquiteto e Urbanista.

Desde o início de sua carreira dedicou-se inteiramente ao ramo da Engenharia Civil e Arquitetura, fundando logo após a sua formatura a empresa Romildo Voss Construção Civil Ltda. Em 1963 fundou uma outra, de materiais de construções e forrações, denominada Comercial Romildo Voss Ltda., e em 1973 comprou o controle acionário da empresa Soformat S/A, incorporando-a ao seu patrimônio.

Fez diversas viagens de estudos ao exterior, conhecendo vários países da América do Sul, Central, do Norte e Europa. Durante sua vida profissional construiu mais de mil residências e prédios, tendo se especializado em residências de fino acabamento. Arrojado como empreendedor, foi um dos primeiros a utilizar o revestimento externo de pastilhas nas construções, marcando suas obras com estilo próprio.

Evangélico Luterano, casou-se aos 25 anos com Marian Zanardin, com a qual teve quatro filhos: Romildo Voss Junior (Arquiteto), Ronaldo Voss (Engenheiro Civil), Roberto Voss (Marceneiro) e Mirian Voss (Engenheira Civil), podendo contar com a colaboração de todos, formando uma grande empresa familiar. Além desses empreendimentos que dirigia, dedicava-se ainda à agropecuária e agricultura, criando gado leiteiro, de corte, carneiros, plantando soja e milho, entre outras culturas, nas suas fazendas em Palmeira e na Lapa. Sempre preocupado com as qualidades no trabalho e satisfação daqueles que o procuravam para construir, tinha um lema: "fazer de cada cliente um amigo."

REQUERIMENTO No. 1184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos de votos de congratulações à direção do jornal "Diário Popular" pela passagem do 34o. aniversário.

Requer ainda, que da decisão do douto Plenário, seja comunicado o Diretor Presidente do jornal "Diário Popular", Abdo Aref Kudri, e a chefe de redação, Priscila Benevides, à Rua XV de Novembro, 1190, Centro, CEP 80060-000, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 22.20.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O "Diário Popular" representa para a imprensa paranaense um marco incontestável. Durante os seus 34 anos de circulação sempre defendeu a liberdade de imprensa e se empenhou na busca da consolidação da democracia em nosso País.

A justa homenagem aqui proposta, através de votos de congratulações, vem valorizar o "Diário Popular" e sua equipe de profissionais, que cada vez mais ajudam a escrever a história do Paraná.

REQUERIMENTO No. 1185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos, de votos de congratulações à direção do jornal "Tribuna do Paraná" pela passagem do 40o. aniversário.

Requer ainda, que da decisão do douto Plenário, seja comunicado o Diretor-Presidente do jornal "Tribuna do Paraná", Paulo Cruz Pimentel, e o chefe de redação Carlos Roberto Tavares, à Rua João Tscharnnerl, 800, Jardim Mercês, CEP 80820-010, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 22.20.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Paulo Pimentel, que tem à frente o empresário da comunicação, está de festa. Um dos mais expressivos jornais da atualidade comemora nesta data seus 40 anos de existência. A "Tribuna do Paraná", abordando principalmente assuntos de natureza policial e esportiva, ajuda a consolidar ainda mais a democracia em nosso País.

Este consagrado jornal é um marco na história do Paraná. Nada mais justo que homenageá-lo pelo seu 40o. aniversário que vem nos engrandecer através de uma importante atividade na defesa da liberdade de imprensa.

REQUERIMENTO No. 1187

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos Trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações com o Hospital de Dermatologia Sanitária São Roque e com a Comunidade Religiosa Franciscana, pelo transcurso dos 70 anos de fundação do mesmo e 70 anos de serviços prestados pela comunidade religiosa.

Curitiba, terça, em 22.10.96

Há 70 anos, quando Piraquara possuía poucos habitantes e levava-se mais de duas horas para se fazer o percurso de Curitiba até lá, o Governo do Estado de Caetano Munhoz da Rocha, decidiu implantar naquele município uma unidade hospitalar para atender apenas os doentes do Mal de Hansen. O hospital, que em determinadas épocas chegou a ter uma população de mais de mil doentes, por muito tempo foi administrado como se fosse uma verdadeira cidade, onde a participação da Comunidade Religiosa Franciscana - vinda da Alemanha para aquela obra - foi de grande importância. Desde os primeiros momentos do Hospital São Roque, estiveram presentes os religiosos franciscanos.

O tempo passou e uma história de vida e amor foi construída no Hospital São Roque que, doravante, sofrerá um processo de revitalização através da implantação de um projeto que o transformará no "Parque de Saúde São Roque". Para tanto foi assinado um convênio entre o Governo do Estado e Comunidade Religiosa Franciscana de São José.

Pelo muito que o Hospital São Roque e a Comunidade Religiosa Franciscana deram em prol do Paraná e de sua gente, são merecedores do louvor e das congratulações no transcurso dos seus 70 anos de vida.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento a Dra. Reni Munaretto, Diretora Geral do Hospital São Roque, ao Frei Rui Depine, responsável pela Comunidade Religiosa do Hospital São Roque, à Irmã Cecília Herdt, Superiora Geral das Irmãs Franciscanas (a nível mundial) e ao Superior da Província Franciscana em Curitiba (Igreja do Senhor Bom Jesus - Praça Rui Barbosa - Dra. Reni, Frei Rui e Irmã Cecília no Hospital de Dermatologia Sanitária São Roque no Município de Piraquara).

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO No. 1188

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos Trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações com a Secretaria de Estado da Saúde, pelo lançamento do projeto "Parque da Saúde São Roque", no Município de Piraquara.

"Do estigma do passado para um novo futuro", é o lema desse projeto extraordinário que vai transformar o complexo do antigo Hospital de Dermatologia Sanitária São Roque, num Parque de Saúde, o qual irá atender não apenas os portadores

de hanseníase, como doentes de outras áreas. Além disso abrigará a "Escola de Saúde Pública e Centro Formador", "Centro de Documentação e Pesquisa", "CPPI - Centro de Produção e Pesquisa Imunobiológica", "Pavilhão de Exposição", "Centro do Convênios", "Projeto Saudarte".

Comemorando os 70 anos de fundação do Hospital São Roque, aconteceu a assinatura de convênio entre o Governo do Estado do Paraná e a Comunidade Religiosa Franciscana, que irá permitir a revitalização do complexo hospitalar através do projeto de implantação do Parque.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner; ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Armando Raggio; a Diretora Geral do Hospital São Roque, Doutora Reni Munaretto e ao Frei Rui Depine, responsável pela comunidade religiosa do Hospital São Roque.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO No. 1201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao Município de Munhoz de Mello, pelo transcurso de seus 40 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, João Matias de Oliveira, ao vice-Prefeito, Senhor Luís Gonzaga de Oliveira, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A hospitaleira cidade de Munhoz de Mello estará comemorando, no próximo dia 03 de novembro/96, se 40o. aniversário de emancipação política.

Toda a população de Munhoz de Mello é digna do nosso respeito e admiração pelo trabalho diuturno que vem desenvolvendo em prol de sua grandeza.

A agricultura é a atividade de maior destaque do Município de Munhoz de Mello.

A união do povo, administração municipal e da representação estadual têm trazido o progresso para aquela região. Pois, cada um fazendo a sua

parte serão superadas todas as dificuldades e, assim o município se firmará com dinamismo e espírito de luta.

Na data magna em que a população irá comemorar festivamente os 40 anos do município politicamente emancipado, todos estarão exultantes de alegria e certos de que com muito trabalho e dedicação serão vencedores.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumprimenta efusivamente toda a população de Munhoz de Mello com a certeza de que continuarão firmes na trilha do progresso.

REQUERIMENTO No. 1202

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao Município de Piên, pela passagem de mais um aniversário de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Ney José Ciupka, ao vice-Prefeito, Senhor Manoel Valdir Taborda, assim como a todos os Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Piên.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 10. de novembro/96, o Município de Piên vê transcorrer mais um aniversário de sua emancipação política.

Toda a população jubilosa irá comemorar festivamente a data magna do município.

O aniversário de Piên diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e a ela devotamos a melhor de nossas energias.

Todo povo de Piên é digno do nosso respeito e admiração pelo trabalho diuturno que vem desempenhando em prol do desenvolvimento cada vez mais acentuado no Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, parabeniza toda a comunidade do Município de Piên na certeza de que continuarão trabalhando e dando o melhor de seus esforços pela grandeza daquela região.

REQUERIMENTO No. 1183

Senhor Presidente.

Observadas as disposições do artigo 55 da Constituição do Estado e o que prescreve o Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado

com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando aos mesmos que informem sobre a viabilidade do Governo propor alteração na Lei de Promoção de Praças, adotando como parâmetro para a promoção de soldados uma das seguintes opções:

Primeira opção - promover o soldado que atingir dez anos de serviço e estiver no ótimo comportamento ao posto de cabo;

- promover o cabo que atingir cinco anos de serviço e estiver no ótimo comportamento ao posto de terceiro sargento;

- estipular critérios com base na contagem do tempo de serviço e conduta do policial para promover de terceiro sargento para segundo sargento, de segundo sargento para primeiro sargento e de primeiro sargento a subtenente, os policiais militares, dentro da carreira de praças.

Segunda opção - extinguir os concursos para os cursos de cabos e de sargentos e adotar como critérios de admissão para esses cursos ter o policial militar dez anos de serviços prestados à Polícia Militar a nível de Estado, como é feito no Exército e não a nível de batalhão, como adota a PM do Paraná.

Essas informações destinam-se a esclarecer reivindicações de policiais militares que procuram igualdade de oportunidades, acabando com privilégios e buscando a valorização do profissional da polícia militar, responsável pela segurança da coletividade.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO No. 1189

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Laguna, situada no Jardim Cristal - Guatupê, os quais solicitam reparos nessa rua, devido aos buracos existentes. A mesma encontra-se intransitável e causando uma série de transtornos à comunidade.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do

Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua José Kormann - Bairro Ahú, os quais solicitam a implantação de rede coletora de esgotos no local. A situação encontra-se crítica, o esgoto corre à céu aberto e as valetas estão cheias de lixo.

Informações complementares podem ser obtidas com o Senhor Come Adriano Severino, pelo telefone 253-2182.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1191

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Atuba, os quais solicitam a limpeza de um terreno localizado na Rua Jaci Rodrigues esquina com a Rua Floripa Mullmann. O mesmo encontra-se muito sujo, prejudicando a comunidade.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1192

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Barro Branco, localizado no Município de Morretes, os quais solicitam que o telefone público existente em frente à Lanchonete do Benê, situada na PR-408, receba ligações. Com o atendimento do presente, toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1193

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Morretes, no sentido de atender o pedido do proprietário da residência localizada na PR-408 - Bairro Barro Branco, o qual solicita a retirada das pedras que ficaram em frente da mesma quando da execução do asfalto.

Informações complementares podem ser obtidas com o Senhor Ademir Santos, pelo telefone (041) 248-6783.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1194

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de esclarecer a dúvida do Senhor Ademir Santos - fone 248-6783 - o qual possui uma residência no Município de Morretes, no Bairro Barro Branco, situada na PR-408 e que paga taxa de iluminação pública. Afirma ele que não dispõe desse benefício e solicita esclarecimentos sobre esta taxa que vem sendo cobrada.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1195

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de verificar a possibilidade de estender a linha Alimentador Tanguá para que a mesma tenha ponto final no Jardim Iracema, no Município de Almirante Tamandaré.

O pedido está sendo feito pelos moradores que residem no Jardim Iracema e que serão muito beneficiados, caso o pedido seja atendido.

Sala das Sessões, em 22.10.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1196

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender os usuários do ônibus da linha Caximba, os quais solicitam que o itinerário do mesmo seja estendido até a Estrada Velha Caximba-Araucária.

Informações complementares podem ser obtidas com o Senhor Manoel Lima da Cunha pelo telefone 979-3998.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Chefe da Casa Militar/Defesa Civil, Ten. Cel. Luiz Antônio Borges Vieira, referente a ocorrência de acidente meteorológico em Ponta Grossa, Região dos Campos Gerais, e em especial em Imbituva.

A ocorrência de forte temporal e chuva de granizo, no último dia 19 assolou Ponta Grossa, Imbituva e toda a Região dos Campos Gerais, causando prejuízos incalculáveis para toda a população, e em especial aos mais carentes.

Solicita-se especial atenção a este caso, devido ao fato que há muitas pessoas desabrigadas.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI No. 468/96 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 10. - O § 2º. do artigo 20. da Lei no. 10.969 de 23 de dezembro de 1994 passará a ter a seguinte redação:

"§ 2º. - Para efeito do cálculo do limitador, de que trata o artigo 10. da Lei no. 10.331 de 09 de junho de 1993, o limite máximo, a ser pago ao Servidor do Estado, acrescido de 35% (trinta e cinco por cento), excluídos da limitação os ex-combatentes."

Art. 20. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

"Meu enterro, eu o quero sem pompas. Apenas como simples irmão da cruz dos militares, no grau que me cabe. Dispensar as honras da Casa Imperial que se costuma dar aos que exercem o cargo que tenho."

Curitiba, terça, em 22.10.96

Não desejo que se façam convites, porque os amigos irão, sem formalidades. Não consentam meus filhos que eu seja embalsamado. Façam saber, ao Quartel General, e ao Ministro da Guerra, que dispensar as honras fúnebres que me pertencem como Marechal do Exército. Da Pátria, nada devemos esperar, nem o reconhecimento. Só desejo que me mandem 6 soldados. Mas, escolhidos entre os mais antigos e da melhor conduta, para pegar as argolas do meu caixão. A cada um deles (destes 6 soldados), meu testamenteiro, no final do enterro, dê 30 mil réis, como gratificação." (Duque de Caxias)

A história trouxe até nós nomes de militares excelsos. Entre eles, o grande Caxias, a nossa maior figura militar, pois sem dúvida, possuía um espírito eminentemente civilista, e por isso mesmo tornou-se um militar completo, modelo de cidadão e de soldado.

Depois de quase seis anos de pesadas lutas, que ensanguentaram todos os quadrantes da Europa e fizeram profundas cicatrizes no seu progresso e civilização, voltou a reviver a paz nos campos e nas cidades onde estremeciam as explosões das granadas e se tingiam do sangue dos bravos soldados que deram a vida em nome de um ideal e pelo advento de um mundo melhor.

O conflito que arrastou nações fortes e fracas, grandes e pequenas, ricas e pobres, chegou ao seu término no teatro de operações, encerrando-se em toda a Europa. Naquele tempo, eram milhões que tinham a mão sobre as armas mortíferas, espírito insensível ao sofrimento, coração fechado às emoções e pensamento fixo na vitória da causa comum. Agora, é quase toda a humanidade que se ajoelha contrita, espírito reanimado na esperança, coração redivivo pela fé e pensamento voltado para a reconstrução do mundo e o bem da coletividade.

A Força Expedicionária que representou o Brasil naquela sangüinolenta guerra cumpriu galhardamente a missão que lhe foi confiada, mercê de Deus e a despeito de condições e circunstâncias adversas.

O valor cívico que deu a FEB a consciência de sua responsabilidade no confronto com as falanges militares das nações líderes do mundo, esteve presente nas glórias dos nossos pracinhas ditando a digna conduta no regresso vitorioso.

Os expedicionários paranaenses, serão sempre os nossos pracinhas, mesmo escondidos na modestia de seus trajes civis, mesmo que seus cabelos tenham se colorido de prata, ou aqueles aposentados para o merecido descanso com seus familiares. Serão sempre nossos heróis e o tempo só faz aumentar nossa gratidão.

Quis o destino que entre as armas vitoriosas que naquele momento da vitória se ensarilharam, estivessem as armas brasileiras, lançadas naquela grande conflagração mundial em defesa não somente da honra e da dignidade nacional, como também em nome da solidariedade humana e em prol do restabelecimento da confiança e do respeito entre as nações, quaisquer que fossem as bases, o colorido e a força da sua estrutura política e econômica.

Os jovens paranaenses convocados para integrarem a Força Expedicionária Brasileira para a II Guerra Mundial, enobreceram a nossa Pátria pelo amor, dedicação e sacrifício, onde colocaram suas vidas, se necessário fosse, pela vitória do Brasil.

Abdicar do convívio familiar, se não representou mérito, por ser obrigação, foi todavia índice de que a mocidade tinha viva a noção do dever para com a pátria.

Alguns daqueles jovens de ontem, hoje com mais de 70 anos de idade, aposentados como funcionários públicos civis ou militares, sentem-se naturalmente orgulhosos por terem integrado, com galhardia, a Força Expedicionária Brasileira, quando juraram defender a Pátria como soldados briosos. Por outro lado, existem alguns daqueles heróis, hoje, em cadeira de rodas como é o caso do Senhor Antonio Bueno de Freitas, Capitão da nossa valorosa Polícia Militar, ex-combatente com 73 anos de idade, que infelizmente se encontra sem as duas pernas.

Os ex-combatentes já estão isentos do Imposto de Renda por força de Lei Federal, portanto, entendemos justa essa reivindicação para excluí-los do limitador.

PROJETO DE LEI No. 469/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. - Fica declarada de Utilidade Pública a Banda Municipal de Tibagi, com sede e foro no Município de Tibagi.

Art. 2o. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.96.

(a) ALGACI TÚLIO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao 1o. orador inscrito, Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna novamente nesta semana, é um assunto que discutimos amplamente na semana que passou neste Plenário: o aumento da violência na Capital do Estado.

Na quarta-feira não tivemos sessão; na quinta-feira, Deputado Tavares, fui a uma reunião numa comunidade denominada Tatuquara, aqui em Curitiba. Nesta reunião estavam os comerciantes do bairro, porque na semana retrasada um comerciante, proprietário de uma panificadora, foi assassinado a tiros por bandidos, durante um assalto a seu estabelecimento comercial. Dezenas de outros comerciantes que ali estavam, foram também assaltados - mulheres, inclusive, estupradas por delinquentes. O aumento da violência na região sul da cidade é algo impressionante. Tirei, inclusive, daquela reunião, Deputado Tavares, uma Ata, que estou encaminhando ao Secretário da Segurança Pública.

E me causou espécie quando num programa meu de rádio - na Rádio Cidade - pela manhã, na sexta-feira, fui ouvir o Coronel Honório. O Coronel Honório é o Comandante do CPC do policiamento da Capital do Estado. O Coronel Honório, irritadíssimo, profundamente irritado, através de uma emissora de rádio, pelo telefone, disse: "Olha, não tenho condições de fazer policiamento, não tenho condições, porque agora são nove horas da manhã e tenho nas ruas de Curitiba, 64 viaturas para cobrir 73 bairros." Ora, gente, pasmem vocês, não dá uma viatura para cada bairro! E no entanto, a informação que vem da Secretaria de Segurança Pública - e pude constatar isso hoje - foi que o Governo do Estado repassou à Polícia Militar quase 400 viaturas em um ano e meio, em dezoito meses. E as viaturas, Doutor Rosinha, hoje encostadas no pátio do Quartel General da Polícia Militar, no QG da Polícia Militar.

Então, estou mandando à Mesa hoje um Requerimento a esta Casa, até vou pedir licença ao Presidente da Assembléia, porque me informaram e soube que quem indicou para o comando do policiamento da Capital o Coronel Honório, foi o Deputado Anibal Khury - até gostaria de saber se o Deputado Anibal Khury coaduna com o mesmo pensamento do Deputado Ricardo Chab, quando pede, inclusive, a saída do Comandante do CPC, porque é lastimável, é lamentável.

E depois deste acontecimento do Tatuquara, tivemos um outro caso, pior ainda: a morte de uma proprietária de um supermercado, uma jovem senhora de 29 anos, assassinada estupidamente por bandidos ali na Vila São Pedro. Ora, a Vila São Pedro, gente, que dispõe de absolutamente nada, não existe, a ponto de a comunidade chegar para o Deputado e falar: "Olha, polícia aqui eu não

sei nem a cor da viatura mais, nem a cor da viatura eu sei, tantos anos faz que eu não vejo polícia aqui."

Então, o que quero pedir para este Plenário é o seguinte: temos que fazer algumas mudanças. Hoje pela manhã, por exemplo, fui informado pelo Delegado Geral da Polícia Civil. Todos os delegados serão relocados das suas delegacias. Mudarão os delegados da Furtos e Roubos, da Anti-tóxicos, enfim, vão fazer a mudança para tentar oxigenar a polícia, para que ela tenha mais fôlego no combate à violência. E a Polícia Militar continua parada.

Então, o meu objetivo hoje, nesta tarde, aqui na tribuna, é pedir inclusive, o apoio de cada um dos Senhores, para que consigamos mudar o comando do policiamento da Capital. Porque, gente, o pior não aconteceu no jogo do Atlético Paranaense - não me lembro o outro time - quando o comandante do CPC - isto é um fato gravíssimo, que a própria Polícia Civil pôde constatar - ao contrário da vontade do Secretário de Segurança Pública, não mandou para o campo de futebol o policiamento ostensivo, repressivo, para se evitar a guerra entre as torcidas.

Então, não sei se estão fazendo corpo mole, Presidente, para poder derrubar o Secretário de Segurança. Não sei, enfim, qual é o papel do Coronel Honório hoje, no CPC.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quero informar a Vossa Excelência, que não indiquei o Coronel Honório. Fiz mais: eu o nomeei, quando no exercício da governança do Estado. E vou aconselhá-lo a pedir demissão, porque ele não está gerindo o policiamento da Capital a contento da população. Vou aconselhá-lo a pedir demissão, como seu padrinho que fui.

Estou solidário com Vossa Excelência.

O SR. RICARDO CHAB - Fico grato pela solidariedade do Presidente, e quero colocar aqui o seguinte: que a comunidade do bairro, a comunidade da Vila São Pedro, os moradores do Tatuquara, os moradores do Jardim da Ordem, é que vão aplaudir, quando tivermos um novo Comandante no CPC, com vontade de trabalhar, com vontade de servir a sociedade.

É inconcebível, gente. Os recursos são poucos - sabemos - em se tratando de segurança pública. Agora, o pouco que se tem, não se usa. Tivemos, em uma semana, na Capital do Estado, quase cinquenta assaltos à mão-armada. Dois comerciantes assassinados. Uma média de vinte veículos furtados por dia. E de repente, aonde está a polícia?

Convido a qualquer um dos Senhores Parlamentares, para que façamos o teste São Tomé: ver a polícia para crer. Convido vocês. Coloco vocês no meu automóvel, no nosso carro e vamos passear por Curitiba. Vamos ver se você encontra a polícia patrulhando. É claro que não vamos encontrar. Salvo, segundo a própria comunidade, quando temos a polícia na porta de bar, na porta de supermercado e em outros estabelecimentos comerciais, menos patrulhando a cidade.

Estou apresentando à Mesa, um pedido de informações exclusivo para o policiamento da Capital. E quero fazer as perguntas para que os senhores saibam: quantas são as viaturas que dispõe o policiamento da Capital para o serviço operacional? Qual o efetivo operacional do comando do policiamento da Capital? Qual o efetivo administrativo do comando do policiamento da Capital? Qual o número de viaturas para o uso pessoal e o uso administrativo do CPC? Quantos oficiais, praças, estão em férias, licença-prêmio, cursos e outros? Quantas viaturas foram baixadas e o motivo das baixas das viaturas? Qual o número de pessoas detidas nos últimos noventa dias? Qual o número de autuações, de multas aplicadas no trânsito, também neste período? E quanto foi arrecadado pelo BPTRAN? Porque, gente, esta conta - como eu disse na semana passada - está saindo cara para a população. As pessoas estão pagando com a vida, Deputado Cartário, a violência de Curitiba.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Ricardo Chab, a colocação que Vossa Excelência traz a essa Casa hoje, com respeito à segurança, à Polícia Militar especialmente, nos traz uma reflexão e nos deixa meio conturbados, porque no interior do Estado, o comentário é que há segurança só em Curitiba. Porque lá no interior não existe mesmo.

O que ocorre, como a televisão mostra com muito ênfase o grande policiamento na Capital do Estado, diferenciado das demais Capitais, como a cidade mais humana, mais segura, mais tranquila e mais alegre de todo o Brasil. E agora, Vossa Excelência - que é realmente o maior conhecedor junto com os companheiros das atividades do rádio, principalmente na parte policial - nos traz aqui uma preocupação muito grande.

No interior há um comentário, que diz o seguinte: se os prefeitos das cidades do interior, não tem obras nos bairros, como aparece na televisão, porque lá no Norte aparece agora a toda hora: "obras nos bairros"; "Curitiba avançando". Então, estas obras nos bairros estão trazendo uma ciumeira muito grande por parte dos prefeitos do

Curitiba, terça, em 22.10.96

interior, inclusive em Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, etc., porque lá não tem condições de ter obras nos bairros continuamente, como está acontecendo em Curitiba. E não há aquela divulgação da imprensa. Ai, o pessoal da cidade diz o seguinte: "esse nosso Prefeito não faz nada, porque o de Curitiba sim". E os Prefeitos, para se auto defender, já estão jogando a culpa em cima dos Deputados Estaduais, dizendo: "olha, o problema da segurança aqui é o que o meu Deputado não traz nada, não tem viatura, não tem delegado concursado, o delegado aqui é calça curta." Então, o Prefeito está jogando a culpa em cima do Deputado. E pergunto a Vossa Excelência e aos Deputados desta Casa: nós estamos jogando a culpa em quem? No Governador? Será que ele não está sendo uma vítima, será que ele não está sendo enganado, Deputado Ricardo Chab? Porque ele também assiste televisão.

Acredito que o Governador está sendo enganado por alguém. Talvez ele não saiba que a bagunça que está reinando nos municípios e na Capital é realmente coisa que nunca aconteceu. A continuar assim, lá no interior já está se falando que o pessoal está com saudade do ex-Governador Requião, outros dizendo que estão com saudade do ex-Governador Álvaro Dias, e tem alguém dizendo que já está com saudades do Aroldo L. Peres.

Muito obrigado!

O SR. RICARDO CHAB - Só quero, para concluir, dizer o seguinte, que a situação do Comando Policiamento da Capital realmente é crítico, no que diz respeito a ausência total do policiamento. É preciso colocar para funcionar.

Todos nós sabemos que se contém, se represa a violência quando a polícia está nas ruas. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nos últimos dias em Brasília tem sido discutida a questão da Reforma Administrativa, especificamente no que diz respeito aos servidores públicos.

Um dos debates que tem se colocado lá é a questão da estabilidade no emprego. E á algumas defesas contra a estabilidade, uma delas geralmente se pauta na questão do número de servidores públicos do nosso País. Tem aqueles administradores e aqueles Parlamentares que dizem que o Brasil tem excesso de Servidor Público.

Fomos fazer uma busca e a Fundação Nacional de Administração Pública apresenta um percentual em relação à população, onde mostra que o Brasil tem um dos mais baixos índices de servidores em relação à população, ou seja, o Brasil tem 3,7% de servidores públicos em relação à população, enquanto os Estados Unidos tem 7,35%, a Grã-Bretanha 9,14%, a França 8,79%. Portanto, o discurso que o Brasil tem que demitir porque tem excesso de funcionários, não é verdadeiro, pois a própria Fundação Nacional de Administração Pública é um órgão ligado ao Governo Federal, e tornou público esses dados.

Se pegarmos, em relação à população economicamente ativa, vamos ver que o Brasil tem 11% da sua população economicamente ativa como servidor público, a França tem 19%, a Finlândia 26%. O que demonstra que a máquina pública brasileira é enxuta e não tem excesso de servidores.

Defendemos a estabilidade como a garantia do bom serviço e do avanço técnico do Estado e do direito do cidadão. O fim da estabilidade do serviço público significa que a cada quatro anos serão mudados os servidores, e não teremos mais servidores, mas sim servos àquele governante que naquele período ocupa a administração pública. Não podendo - à vezes não querendo - mas geralmente não podendo demitir devido a estabilidade, os nossos governantes a nível nacional começaram a impor uma política de achatamento salarial - violento achatamento - e de destruição da máquina pública. Podemos constatar só aqui, o Governo do Estado do Paraná vem submetendo - o atual Governo e os anteriores - a um achatamento salarial de seus servidores já nos últimos nove anos.

Hoje podemos observar que, como resultado desse achatamento, no setor da saúde hoje se recebe menos de ¼ do salário que recebia em janeiro de 87.

Faz mais de um ano que o Governo do Estado não dá sequer um reajuste ao servidor público. Com o Plano Real, já tem acumulado para o corpo técnico do serviço público do Estado do Paraná, uma perda salarial de 35%. Na área de saúde, quando Requião administrava - que passou para Mário Pereira, que para cá enviou uma Mensagem que fazia a correção do servidor público - ela foi violentamente achatada por esta Casa, dando um reajuste linear de 16%, dizendo que seria corrigido imediatamente após o Governador Jaime Lerner assumir. Passa-se já quase dois anos da posse do Governador Jaime Lerner e aquele reajuste prometido, aquela correção que dizia-se que faria se desse um reajuste linear em dezembro de 94, teria essa correção agora, o que não

ocorreu. Isto significa, na área de saúde, uma perda de mais de 130% do salário dos servidores do setor de Saúde, e até hoje o Governo do Estado do Paraná não chamou ninguém para negociar.

Paralelo a isso, Senhores Deputados, a dívida ativa tem para receber exatamente em julho de 98, um bilhão, cento e cinquenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e um mil reais, de acordo com o Secretário de Finanças do Estado. Enquanto o servidor público vê seu salário achatado, o Governo do Estado não age com rapidez, exigindo e cobrando dos sonegadores do ICMS, como deve ser cobrado, como deve ser exigido para recompor as finanças públicas.

O servidor público do Estado do Paraná tem também a sua data-base, que é a Lei no. 9.558/91, que estabelece o dia 1o. de junho como data-base e obriga os Três Poderes a cumprir essa data-base. Nenhum dos Poderes têm cumprido esta data-base. Veja junho deste ano ou dos anos anteriores, não tem estabelecido essa data como período de recomposição salarial, fazendo com que tenha acumulado perdas salariais ao longo dos últimos anos, os servidores públicos. Hoje temos servidores públicos, tanto no Governo, na Assembléia ou no Poder Judiciário, com salários medíocres. Basta andar na periferia desta cidade que vamos constatar, nas terras ocupadas por aqueles que não têm teto, inúmeros servidores públicos lá vivendo em miséria, e alguns pedindo esmolas para poder sobreviver, ou vendendo bugigangas - isso em todos os níveis do Governo.

O Poder Judiciário, que tinha obrigação de cumprir as leis, não cumpre a lei da data-base, e, mais do que isso, não cumpre decisões judiciais tomadas a nível de entrâncias superiores. Basta ver o exemplo, de quando os servidores daquele Poder entraram com uma ação judicial - assim como também os juizes o fizeram por ter sido dado reajuste diferenciado, durante o Governo de Roberto Requião - o Supremo Tribunal decidiu que essas diferenças salariais tinham que ser corrigidas, e que o reajuste tinha que ser de maneira econômica, o que fez o Poder Judiciário em cima de duas decisões judiciais de teor idêntico: uma a favor da Magistratura; a outra a favor do funcionalismo. Não tiveram dúvidas o Senhores Desembargadores do Tribunal de Justiça, oficializaram uma insólita discriminação: de um lado autorizaram a recomposição integral de seus próprios salários, do outro negaram reconhecer os direitos dos trabalhadores daquele Poder.

O Poder Judiciário, que tinha que primar pelo cumprimento da lei, não cumpre a lei da data-base; que tinha que primar pelo cumprimento das decisões judiciais, não o faz desrespeitando a lei. E

assim fica o serviço público sucateado, o atendimento a Saúde, no nosso Estado é de péssima qualidade.

Vejam, Senhores, certas regiões, quando se fica doente, não têm serviço público de saúde, na altura e na necessidade do que o povo precisa. Não estou nem falando em direito, estou falando em necessidade, para ver o quão distante estamos de atender os direitos da população. O que faz o Governo do nosso Estado? Reajusta salário de cargos de confiança, de seu secretariado, como afirmou o articulista Geraldo Mazza na "Folha de Londrina" do dia 23 de agosto próximo passado: 290% por cento de reajuste para os secretários; 100% para o pessoal de cargo em comissão e, quanto as servidores públicos, 10% em agosto do ano passado, já tendo acumulado cerca de 35% de perdas salariais. Disse ainda Geraldo Mazza, no artigo seguinte, anterior ao dia 23 de agosto: "O Estado despendia 53% de custeio com pessoal. Lerner nomeou 600 servidores e hoje aumenta a folha de pagamento, mas não aumenta os salários dos servidores públicos, porque aumenta os cargos de comissão, em número e em montante e aumenta os salários dos senhores secretários.

O Governo do Estado, com exceção na época que estava sendo governo interinamente pelo Deputado Anibal Khury, o Governador do Estado jamais recebeu os representantes dos servidores públicos para qualquer negociação. Faço este parênteses: com exceção do Presidente desta Casa quando lá estava. O que significa que a disposição interina do nosso Presidente de negociar não é atendida, nem a disposição do Governante que ora se encontra no Palácio Iguaçu.

O objetivo do Governo do Estado é a destruição de um cargo técnico e profissional dos servidores do Estado do Paraná, é a destruição do serviço público de boa qualidade, que não passa somente pelas escolas, pelo fim do ensino profissionalizante, ou pelo fim de outro qualquer tipo de atendimento. Passa pela destruição de todo e qualquer serviço público. Esta Casa não pode permanecer calada. Nós, Senhores Deputados, temos que começar a se manifestar nessas tribunas, nesta e naquela do outro lado, a da situação. O servidor público do Estado do Paraná, passa, literalmente, fome. Seja ele de Universidade, seja ele da Secretaria da Educação, seja do Poder Executivo ou Legislativo. Porque há mais de um ano não se tem reajuste. Há mais de um ano desejam um mínimo de reposição das suas perdas salariais nos últimos nove anos.

Senhor Deputados, temos que nos manifestar politicamente, já que, legislativamente, estamos impossibilitados pela Constituição, mas

politicamente é importante que cada Partido assuma sua cobrança e que dê voz àquele servidor público que não tem mais voz. Lutar - não mais como se diz por direito - mas por necessidade, a necessidade do pão que está faltando na mesa do servidor público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero saudar o nosso Presidente Anibal Khury, saudar os visitantes, especialmente ao Carlos e ao Alceu de Santa Tereza, saudar a Beth e o Marcos de Cascavel, reunindo mais de 5 mil pessoas para protestar contra o resultado das eleições em Cascavel. E hoje quero falar em eleições.

Na verdade, todos sabem que o Paraná teve um encontro muito grande nas urnas do dia 3 de outubro lá em Cascavel nós, que ficamos em segundo lugar por uma pequena diferença - 151 votos - em um colégio eleitoral de 142 mil eleitores, achamos prudente e necessário vir a esta tribuna para manifestar, aqui, alguns episódios que aconteceram em Cascavel, e que foram altamente prejudiciais, principalmente à nossa campanha. Todos sabem que o ex-Prefeito Salazar Barreiros em 1988 ganhou as eleições em Cascavel, do Jaci Scanagatta de maneira fraudulenta.

Ou seja, a Polícia Federal prendeu mais de 160 pessoas no chamado "Balaio", onde eles davam 5 agora e 10 depois. Esse processo tramitou na Justiça do Paraná e hoje está em Brasília e, infelizmente, até hoje, não temos nenhum resultado positivo.

Neste sentido é que queremos manifestar, aqui, que enfrentamos na campanha de Cascavel, uma pessoa que já vem com esse descrédito em Cascavel, por ter ganho as eleições em 1988 de uma maneira fraudulenta. Tivemos vários problemas, por exemplo: temos fitas gravadas da esposa do atual Prefeito Salazar Barreiros entregando cestas básicas e mais 20 reais para que moradores de bairros pobres da cidade tirassem a placa do Edgar Bueno da frente e colocassem uma de Salazar Barreiros.

Esses foram alguns dos problemas que enfrentamos em Cascavel. Mas, outro problema que deve ter me tirado mais de mil votos, foi a manifestação do Deputado Duílio Genari na Rádio Nacional de Cascavel e desta sua declaração surgiu o seguinte documento, que quero relatar aos Senhores, com referência à distribuição dos valores

para a UNIOESTE, enfim, para os quatro campus da Região Oeste do Paraná.

Diz o Deputado Duílio Genari: "Observações - não obstante Cascavel tenha mais de 50% da estrutura da UNIOESTE, foi a menos contemplada com os recursos para o investimento da infraestrutura.

Dois: a reunião para a distribuição das referidas verbas foi convocada pelo Deputado Duílio Genari, de Toledo."

Ora, Senhores, tenho aqui um documento do Reitor da UNIOESTE, que diz que não convocou ninguém e que, surpreendentemente, meia hora antes da reunião ficou sabendo que o Deputado Duílio Genari estaria presente.

Número três: na reunião participaram representantes do Deputado Sâmis da Silva, de Foz do Iguaçu, maior contemplado com investimento da infraestrutura.

Número quatro: participaram representantes do Deputado Élio Rusch, de Marechal Cândido Rondon, que conseguiram mais verbas para os seus cursos de Agronomia do que para qualquer um dos cursos instalados em Cascavel: Medicina, Odontologia e Engenharia Civil., não obstante tais cursos exigissem maior investimentos. Não participaram da reunião para distribuição das verbas nem o Deputado Edgar Bueno nem seu representante. Como é que eu iria participar, se não fui convidado? Como é que a minha assessoria, que manteve um gabinete aqui em pleno funcionamento, iria participar, se não fomos comunicados?

Número seis: Cascavel perdeu mais uma vez recursos perante a falta de diligência e competência do nosso Deputado Estadual, que abandonou seu gabinete e as funções para as quais foi eleito por quatro anos, para concorrer a Prefeitura de Cascavel.

Número sete: Toledo foi a maior contemplada com verbas, pois o seu Deputado Estadual, Duílio Genari estava presente para defender os interesses da sua região.

Essas são as declarações que provavelmente tenham me tirado mais de 2 mil votos em Cascavel.

E aí fico a perguntar: porque é que um Deputado, que por várias vezes me prometeu transferir os seus 300 votos que fiz em Cascavel, transferir para minha campanha, quando vai desastrosamente fazer declarações para trazer um grande prejuízo a mim em Cascavel?

Outra manifestação que quero expor aqui: fizemos o pedido de recontagem. Felizmente, a 68, dirigida pelo Doutor Paulo Roberto Apne concedeu-nos o direito da recontagem. Espero que hoje à tarde, os demais juizes das outras três zonas

eleitorais em Cascavel possam fazer o mesmo, para que a verdade seja restabelecida em Cascavel.

Ora, a metade votou em mim e a metade votou no Doutor Salazar Barreiros. Portanto, se realmente for confirmada sua vitória em Cascavel, vou convocar esta outra metade da população, para que ajude Cascavel, para que ajude o futuro Prefeito a fazer uma grande administração em Cascavel.

Pois, olhem, Senhores, pasmem os Senhores! No final da tarde do dia 3 de outubro, várias pessoas foram votar e já tinham votado no lugar delas. Quer dizer, houve fraude, sim.

Entramos com um pedido também de cassação, porque apresentamos a fita da esposa do Doutor Salazar Barreiros comprando votos em Cascavel. E esperamos que a justiça possa ser feita em Cascavel.

Outra declaração aqui, que quero mostrar aos Senhores, estampado no jornal "Indústria e Comércio", dita pelo Deputado Duílio Genari, dizendo: "Barreiros não teme a recontagem de votos". Ora, se não teme a recontagem de votos, porque está a nos impedir que se faça esta vontade do povo de Cascavel, por que não se faz isso? Ou o Deputado Duílio Genari está mal informado, ou não sabe das coisas porque na verdade esta recontagem de votos está sendo impedida. Quem não tem medo da verdade, deixa a recontagem, se não existe nenhuma preocupação que deixe que a justiça possa fazer, que o povo de Cascavel possa realmente fazer justiça.

Ai, meus caros companheiros, quero dizer que se confirmada e se não for possível a recontagem de votos em Cascavel, quero dizer que teremos uma administração de quatro anos de vergonha, ou seja, o Salazar Barreiros, com vergonha de enfrentar o povo de Cascavel, e o povo de Cascavel com vergonha de dizer que votou neste candidato.

E olha, quero dizer que fui até Toledo saber qual era a personalidade do nosso Deputado Duílio Genari por te cometido tamanha injustiça em Cascavel. E aí, as pessoas me disseram o seguinte: "Olha, Edgar, o que acontece com o Deputado Duílio Genari, é que ele é sempre Governo, ele não tem personalidade própria, não consegue se manter no poder sem estar 'agarrado' nos governadores." E aí me disseram o seguinte: "Fez uma campanha muito grande para o Alencar Furtado em 1986. Quando o Álvaro se elegeu, imediatamente ele foi para o Palácio e ofereceu apoio, não teve a dignidade de fazer oposição, pois foi assim que o povo o elegeu. Quando Richa, Martinez e Requião disputaram, ele foi o grande coordenador da campanha do Martinez; no outro dia ele estava

'agarrado' no Governador Requião. E agora ele apoiou, lutou pelo Álvaro Dias, e no outro dia, quando o Governador Jaime Lerner se elegeu, o Deputado Duílio Genari foi correndo para os braços do nosso Governador."

Tanto é verdade que, em todas as solenidades que existem em Cascavel, vejo lá os Deputados que apoiam o Governador, que não conseguem tirar fotografias com o Governador, porque o principal espaço atrás do Governador é ocupado por esse Deputado, considerado como o "laranja" da Assembléia.

Então, meus caros companheiros, isso aqui são informações que peguei em Toledo e por isso venho aqui registrar esse repúdio, porque um Deputado precisa ter personalidade. Um Deputado precisa defender os interesses do povo com dignidade, não usar o expediente dos aproveitadores, aqueles que só sabem estar do lado do Governo. Olha, admiro a oposição feita aqui na Assembléia Legislativa, é uma coisa que dignifica o Parlamentar. Agradecemos as Bancadas que dão apoio ao Governo Jaime Lerner, porque afinal de contas, se Deus quiser, no final desses mais dois anos de Governo que teremos em Cascavel, tenho certeza absoluta que o Governador Jaime Lerner dará as respostas à sociedade do Paraná de um governo progressista, um governo que vai melhorar o futuro dos nossos filhos.

Por isso, quero deixar este registro aqui nos Anais da Assembléia Legislativa como um desabafo até como uma cobrança dos "brios" daqueles que muitas vezes se elegem não para defender os interesses do povo, mas sim para defender os interesses particulares.

Agora, concedo um aparte ao Deputado Duílio Genari.

O Sr. Duílio Genari - Gostaria de agradecer o Deputado Edgar por este aparte.

Quero dizer ao Deputado Edgar que de fato eu tinha assumido o compromisso com o Deputado de transferir aqueles 300 votos que fiz em Cascavel. Para mim, é uma honra muito grande ter 300 votos em Cascavel.

Mais adiante, o Deputado Edgar foi a Toledo e procurou até me humilhar, quando a dona Fani Lerner estava lá e colocou embaixo dos braços o candidato a Prefeito, meu adversário. É claro que senti que naquela hora, o Deputado Edgar imaginou: "Não, quem é o Duílio? Não tem voto nenhum lá em Cascavel." E o Salazar, acho que é um grande Prefeito, um bom Prefeito que foi, meu amigo, do meu Partido, não fez nada de errado em apoiá-lo, ele me procurou para que me manifestasse.

Com referência ao comentário da Universidade, veja bem, é comentário da rádio, eu disse que tinha pedido uma audiência com o Secretário Lubomir Ficinski Duni com o Secretário de Ciência e Tecnologia, e que estariam presente os Deputados Edgar Bueno, Élio Rusch, Sâmis, Spada, Nereu Moura e ainda o Irineu Colombo que estaria presente. Quando me comunicaram da audiência, eu vim, e a prova é que a própria Secretaria deve ter comunicado aos Deputados que estavam lá, os representantes. Quem não estava lá era apenas o Deputado Edgar Bueno que não estava presente naquela ocasião. E com isso eu não disse que você não estava presente, não é verdade, é comentário, isso foi um comentário da rádio. Se de fato o Deputado achar que tirei mil votos, olha, me considero campeão, porque em Toledo o comentário é o contrário. Quando me manifestei à favor do Salazar, houve alguém do lado do Salazar que disse: "Nós vamos perder voto porque ninguém vota à pedido de um Deputado de Toledo."

Acho que Vossa Excelência fez uma campanha muito linda, porque conseguiu quase ganhar a eleição e o Salazar fez uma campanha muito melhor, porque ganhou a eleição.

O SR. EDGAR BUENO - Quero só mostrar a todos os Deputados que a mentira tem perna curta. A declaração do Deputado de Toledo dizia que ele convocou a reunião, então vou mostrar aqui o que disse o Reitor da UNIOESTE, no parágrafo terceiro: "O convite para audiência foi efetuado ao Reitor pela Secretaria de Estado de Planejamento e pela Secretaria de Estado de Ensino Superior, sendo que na semana anterior à audiência, por ocasião da vinda do Secretário Alexandre Fontana Beltrão a Foz do Iguaçu, ficou acordado que a UNIOESTE não formularia ou expediria convites, no sentido de evitar especulações e aproveitamentos indevidos, em virtude do momento político em que nos encontrávamos. Entretanto, para surpresa nossa, fomos informados, momentos antes da audiência pela Secretaria do Planejamento de que o Deputado Duílio Genari se faria presente à audiência..."

É sempre assim, o Deputado Duílio Genari sempre se faz presente porque é só o que ele aprendeu a fazer. Na verdade, mente quando faz declarações desvairadas em Cascavel, com um único objetivo de prejudicar pessoas de bem e pessoas que tinham projetos para Cascavel. Tínhamos uma coligação lá com o PDT e PSDB, tínhamos uma coligação com o PT e fizemos um papel bonito na eleição de Cascavel. Mostramos como se faz eleição com ética. Tínhamos aquela gravação da esposa do Salazar Barreiros, doze dias

antes das eleições e não permitimos que fosse usada no TRE, apresentamos na justiça no dia da eleição. Então mostramos ao povo de Cascavel que precisaria realmente de uma mudança nos quadros administrativos e na ética principalmente de Cascavel.

Portanto, quero deixar aqui este registro, meu descontentamento com a posição do Deputado que foi para Cascavel e mentiu, tanto é verdade que está aqui.

Quando a Dona Fani Lerner foi para Toledo, fui lá, fiquei meia hora, apenas para pegar uma declaração da Dona Fani Lerner para que ela participasse do meu horário no TRE. Esta foi a única participação que tive em Toledo e, logicamente que não faria mais do que a obrigação em apoiar um candidato do PDT de Toledo.

O Sr. Valdir Rossoni - Quero, Deputado Edgar Bueno - nós que convivemos dentro da nossa Bancada - manifestar todo o apoio da Bancada do PDT a Vossa Excelência. Dizer que a sua campanha em Cascavel é digna de respeito e às vezes é mais importante do que a vitória, porque da forma como Vossa Excelência conduziu a campanha em Cascavel, o senhor é um vitorioso.

Quanto a esta pequena diferença - e é aí que não concordo com as declarações do ilustre Líder do PPB - é que eles dizem que não têm medo da contagem, mas na mesma hora em que o juiz concede a recountagem, eles entram na justiça para não haver a recountagem. Isto é ter medo, de quem já está acostumado a fraudar as eleições da forma como Vossa Excelência falou.

Então, gostaria de deixar claro aqui a posição de toda a Bancada do PDT, solidária a Vossa, e não concordamos com a atitude do Deputado Duílio Genari, quando foi a Cascavel usar de artifícios da Secretaria de Ciências e Tecnologia na distribuição de recursos, porque todos somos sabedores - e esta Casa é testemunha - do trabalho e da luta de Vossa Excelência em favor da UNIOESTE. Todas as conquistas que Cascavel teve na questão da UNIOESTE, sabemos da luta que Vossa Excelência travou para que Cascavel tivesse aquela conquista.

Mas tenho certeza absoluta que a população de Cascavel saberá reconhecer este grande trabalho que Vossa Excelência fez e com este resultado - tenho certeza absoluta - Vossa Excelência é o grande vencedor, e tenha o apoio total da Bancada do PDT.

O Sr. Irineu Colombo - Concede-me um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Deputado, não poderia deixar passar a oportunidade e dizer que fui um dos Deputados que foi lhe apoiar em Cascavel, em virtude do nosso Partido dos Trabalhadores, da desistência da candidatura do companheiro Kalil, manifestou apoio a Vossa Excelência. Dizer que sai desta campanha, deste apoio - fui várias vezes lá - muito enriquecido, da forma bonita como foi feita a campanha, e o nosso Partido saiu, no Brasil, com uma postura de combater sistematicamente as formas anti-éticas, de posturas anti-democráticas de se fazer campanha. Dizer que nos sentimos bem ao lado de Vossa Excelência e solidários agora, neste momento, e que pedimos também a recontagem dos votos. Dizer que é importante que sempre façamos a campanha com absoluta decência. O nosso Partido, com certeza, em Cascavel, esteve bem ao acompanhá-lo, acima de tudo ao lado da democracia.

A nossa solidariedade também neste momento, que é um momento importante para a democracia do povo de Cascavel.

O Sr. Geraldo Cartário - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Bueno, entendo e há poucos dias atrás, conversando com o Deputado Caio, Tavares, Romanelli, lembrava que esta Casa deu uma demonstração de uma unidade muito grande nesta última eleição. E me referi a minha região, onde o Ricardo Chab, que poderia ter visitado a Fazenda Rio Grande, porque foi convidado para tanto, ali tentar alguns votos, da mesma forma que eu poderia ter ido a Araucária perturbar o candidato Zezé, também não fui, e ficamos numa posição realmente de reconhecer esta unidade, uma amizade muito grande neste Parlamento.

Olha, considero hoje que 95% dos Deputados aqui alinhados entre nós não houve problema nenhum. Sinto que tenha havido este problema em Cascavel, porque o Duílio é um grande amigo nosso, como Vossa Excelência também é, mas isto foi um fato isolado, mas no geral esta Casa demonstrou realmente uma unidade muito grande, porque são raras as exceções de onde tinha um Deputado, tinha outro entrando.

Eu, por exemplo, tive a colaboração do Deputado desta Casa, Anibal Khury, que foi lá no meu município; o Deputado Luiz Carlos Martins e o Alborghetti só não foram porque estavam viajando e não avisei. Acho que todos os Deputados aqui iriam. Teve outros Deputados, o Seleme, que passou direto, não parou, enfim, foi realmente uma demonstração de unidade.

Agora, realmente, Vossa Excelência falou alguma coisa que me tocou, quando Vossa Excelência diz que quando o povo elege um Deputado na oposição, ele tem que ficar na Oposição, sinceramente isto serviu para mim. Lamentavelmente tenho que sentir esta cacetada que Vossa Excelência me deu, mas prometi para mim mesmo, já que o povo me elegeu para ser oposição, serei oposição. Chega desse negócio que Vossa Excelência falou de "laranjada". Acho que teremos que assumir o verdadeiro papel de cada um nesta Casa, e convido a todos os Deputados que apoiaram o Álvaro Dias do PMDB e do PP a fazer uma reflexão, a refletir porque o povo está nos cobrando isso.

Acho que perdi a eleição na Fazenda Rio Grande porque não me comportei como um verdadeiro opositor, quis enganar a torcida, dizendo que contava com o Governo Jaime Lerner e o povo percebeu que eu estava mentindo, porque faz dois anos que o Governo Jaime Lerner não leva um centavo a Fazenda Rio Grande. Pararam todas as obras que estavam em execução. Pararam todas. Acho que agora todos os Deputados, inclusive o meu amigo Spada, que aqui está, o Zé Maria, o Samék, vem fiscalizar este meu pronunciamento aqui, mais acho que está na hora de todos nós, inclusive o Renato Adur, o Caio, o Pessuti, realmente assumirmos a nossa posição. Com isto, valorizamos os Deputados da situação e eles passam a valorizar os Deputados da oposição.

Passamos a ter realmente um Plenário digno, de respeito e de apreço pela imprensa que está aqui fiscalizando e transmitindo à população. Logicamente que não queremos parar o Governo do Estado, porque se parar o Governo do Estado, minha pedreira pára, e não vou mais vender pedra para ninguém. Não quero parar o Paraná. Queremos o caminho do Paraná, mas dentro de uma posição assumida nas urnas. E é essa a nossa posição, sem "laranjice" (risos), como o Tavares estava falando.

Então, companheiros, é a oportunidade que todos temos, não de propriamente abraçarmos de corpo e alma o PT, mas aprendermos com o PT. Coerência, é isto que está faltando nesta Casa.

Obrigado pelo aparte.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Comunico a Vossa Excelência que o tempo do PDT, da liderança, o tempo concedido pela Mesa já ultrapassou em quatro minutos. Tem mais sete minutos Vossa Excelência.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Edgar Bueno, falo com tranquilidade, até porque o PSDB fazia parte da coligação que ele apoiava em Cascavel e também fazia parte da coligação que apoiava o candidato apoiado pelo Deputado Dullio Genari, em Toledo.

Mas, somente para restabelecer a verdade, e até para que justiça seja feita, gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa, que nenhum Deputado lutou tanto pela UNIOESTE, como Vossa Excelência.

Acompanhei o seu trabalho junto ao Conselho Estadual de Educação, a sua ação junto ao Ministro Paulo Renato de Souza, o Ministro de Educação, lutando pelos cursos de Medicina e Odontologia. Lutando pela UNIOESTE.

Só quero que fique registrado por uma questão de justiça: ninguém, acho que na história do Paraná, lutou tanto pela UNIOESTE, quanto Vossa Excelência.

O Sr. Edno Guimarães - Deputado Edgar Bueno, gostaria de ressaltar uma questão, quanto a posição do Deputado Geraldo Cartário.

O Deputado Geraldo Cartário, nos últimos dias, se embalou no resultado da Fazenda Rio Grande. E o Deputado Geraldo Cartário sabe muito bem que tenho um grande respeito e temos uma grande convivência, mas o que o Geraldo Cartário está querendo, é que todo mundo se embale na sua gangorra. Isto não vai acontecer.

Não podemos aqui deixar que um resultado de uma eleição, da forma como deu o resultado. O Deputado Edgar Bueno tem todo o direito de fazer esse pronunciamento, porque não é possível que uma notícia declarada, ou distorcida, leve o resultado de uma eleição de uma cidade tão importante quanto Cascavel.

Nós, quando estamos colocando aqui, estamos colocando a verdade. A verdade de posição, que não poderia ter acontecido. Acho ainda mais, que inclusive, faltou um pouco de competência ao próprio Secretário do Estado, porque ele poderia, naquele momento, sabendo que estava disputando uma eleição em Cascavel, o próprio Secretário de Estado poderia ter tomado uma atitude administrativa e não deixasse que Vossa Excelência sofresse este desgaste, que você sofreu com esse resultado das eleições de Cascavel.

Então, também faltou competência ao Secretário de Estado, no qual não podemos esconder.

O SR. EDGAR BUENO - Quero agradecer aos apertes e quero dizer que ouvi atentamente

o Deputado Geraldo Cartário, uma pessoa digna, que temos um grande respeito.

Esta Casa tem um poder independente. Todos os Deputados eleitos, foram eleitos pela vontade de uma parcela da população do Paraná, e portanto, têm o dever e a obrigação de zelar pelo Estado do Paraná. E fazer oposição não quer dizer que se vote tudo contra. Fazer oposição, é a oposição muitas vezes aos erros cometidos pelos próprios administradores e, logicamente, apoiar aqueles projetos bons, que vêm melhorar a condição de vida do povo paranaense.

É nesse sentido que ouvi o seu aparte, e tenho certeza que a sua responsabilidade, como Parlamentar digno desta Casa, lhes fará atuar exatamente desta maneira. O que é bom para o povo do Paraná, vamos votar juntos, o que é ruim para o povo do Paraná, logicamente que temos a liberdade, e todos os Parlamentares terão a liberdade de se manifestar dentro do que diz sua consciência e a consciência do povo paranaense.

Todas as pesquisas em Cascavel, no último dia, mostravam que eu estava 6% na frente do meu concorrente. As pesquisas de boca de urna, de órgão de imprensa, ligados ao Salazar Barreiros, todas elas mostravam às 10:00 horas da manhã, que eu estava com 5% na boca de urna. E, infelizmente, no final da contagem dos votos, esse não foi o resultado apresentado.

Pedimos a recontagem, confiamos na justiça e não vamos fazer assim como disse o Deputado Dullio Genari, mais uma vez, querendo colocar na nossa boca a desconfiança com a Justiça do Paraná. Não é isso, não confiamos na justiça, acreditamos na justiça. E o único argumento hoje que leva a contestação do meu adversário, é dizer que estamos desconfiando, que estamos colocando dúvidas as ações da justiça. Não é isso. Confiamos na justiça e, tanto é verdade, que hoje à tarde, teremos reuniões em Cascavel, dos demais juizes, e espero que eles possam nos dar a grande oportunidade de recontar os votos de Cascavel e mostrarmos a verdade ao povo de Cascavel e do Paraná, seja lá quem for o Prefeito, mas é importante a transferência na eleição de Cascavel, porque ela vem tumultuada ao longo dos últimos anos, e precisamos mudar o perfil das eleições de Cascavel, com muita ética e com muita transparência.

É isso que desejo, é isso que o povo do Paraná e de Cascavel deseja.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos ao Grande Expediente, é com satisfação que a Mesa Executiva se associa ao

Deputado Orlando Pessuti e anuncia em nosso meio a presença do Prefeito Hélio Matias e do seu vice-Prefeito, José Pereira da Silva, do Município de Arapuá.

Também temos a presença do ex-Deputado, amigo desta Casa, amigo pessoal nosso, Doutor Joaquim dos Santos Filho, que também nos honra com a sua presença neste Plenário.

Anunciando também em nosso meio, em nome dos ilustres Deputados Vanhoni, Péricles e Colombo - a Bancada do PT - e todos os Deputados desta Casa, o ilustre Vereador Jorge Samék, nosso amigo e companheiro.

Concedo a palavra à Deputado Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz aqui hoje, é para denunciar mais uma vez, o que já fez a imprensa do Estado do Paraná: a fraude eleitoral de Arapongas.

Nós, para dizermos a respeito da fraude, não vamos falar em nosso nome, vamos ler um documento elaborado pelo Ministério Público de Arapongas, que se trata de um recurso nominado, assinado pelas Promotoras Silvia Luiza Dariva Boveto, da centésima octogésima Zona Eleitoral, e da Doutora Leila Schimitti Voltarelli, da sexagésima primeira Zona Eleitoral de Arapongas.

Este documento por si só vai dizer a verdade sobre o pleito municipal de Arapongas.

(Lê):

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DE
ARAPONGAS**

Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral da 180a. Zona Eleitoral da Comarca de Arapongas-PR
AUTOS no. 90/96

O Ministério Público do Estado do Paraná, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, por seus representantes legal que ao final assinam, no uso de suas atribuições, vem perante Vossa Excelência, inconformado com o decisão de fls. 70/72, com base nas disposições da Lei no. 9.100/95 e artigo 265 do Código Eleitoral, interpor **RECURSO INOMINADO**, de acordo com os fundamentos expostos nas razões em anexo, o qual requer seja recebido e processado nos termos da Lei.

Termos em que,
Pede deferimento.

Arapongas, 08 de outubro de 1996.
(aa) SILVIA LUIZA DARIVA BOVETTO
Promotora de Justiça

180a. Zona Eleitoral
LEILA SCHIMITI VOLTARELLI
Promotora de Justiça
61a. Zona Eleitoral

***RAZÕES DE RECURSO PELO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ COM
ATUAÇÃO PERANTE A 180a. E 61a. ZONAS
ELEITORAIS AO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ.**
Autos no. 90/96

Eméritos julgadores:

**I - Do ajuizamento da atuação do Ministério
Público:**

O Ministério Público Eleitoral em exercício perante a 180a. Zona Eleitoral desta Comarca, foi lamentavelmente aliado de efetiva participação no pleito eleitoral de 03.10.96.

Ora, a legitimidade do Ministério Público, nos feitos eleitorais, é igual e até maior do que dos partidos políticos, coligações e candidatos, enquanto estes órgãos partidários têm interesse unilateral no processo, aquele é o defensor da ordem jurídica eleitoral, extrapartidária, vem como do próprio regime democrático.

Sem embargo de regulamentação relativamente restrita no âmbito da legislação eleitoral, o Ministério Público tem atribuições próprias e inerentes à instituição. Assim, em todas as atividades da Justiça Eleitoral em que há violação da lei, decretos e atos emanados dos poderes públicos, ou cujos legítimos interesses forem prejudicados, sem falar na perpetração de crimes, aí sempre estará presente o Ministério Público para as providências legais cabíveis, acionando, se necessário, o mecanismo judiciário eleitoral (ou até mesmo outro juízo ou tribunal, se for o caso), no desempenho de sua nobre missão, conforme Octacílio Paula Filho, Ministério Público, Sugestões Literárias, 1981).

Pois bem, nesta Comarca vislumbrou-se tônica divergente, sem qualquer respaldo legal, a legitimidade do 'Parquet' foi cerceada durante todo o processo eleitoral que se desencadeou até aqui, em uma ampla e permanente atuação, mesmo não havendo determinação expressa ou texto que proíba o Ministério Público de intervir, impugnar ou recorrer em qualquer situação que envolva a matéria.

A negação, dessa intervenção é vedar garantias do exercício das funções, previstas na Constituição Federal, que dispõe no art. 127 'caput', o seguinte:

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica.

Curitiba, terça, em 22.10.96

DO REGIME DEMOCRÁTICO e dos interesses sociais individuais indisponíveis.

Ademais o artigo 72, 'caput', da Lei Complementar no. 75 (Lei Orgânica do Ministério Público da União LOMPU), aplicável ao Ministério Público Estadual, assinala:

'Compete ao Ministério Público Federal exercer, no que couber, junto à Justiça Eleitoral, as funções do Ministério Público, ATUANDO EM TODAS AS FASES E INSTÂNCIAS DO PROCESSO ELEITORAL.'

Impende salientar, que outras regras seriam desnecessárias à efetiva e legítima participação do Ministério Público, porém, o legislador mais uma vez fez inserção no artigo 81, da Lei no. 9.100/95, que estatui:

'Os feitos eleitorais, no período entre o registro das candidaturas até cinco dias depois da realização do segundo turno das eleições, TERÃO PRIORIDADE PARA A PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO e dos juizes de todas as justiças e instâncias, ressalvados os processos de habeas corpus e mandado de segurança, sendo defesa deixar de cumprir qualquer prazo previsto nesta Lei em razão do exercício das funções regulares.'

O artigo 53, 'caput', da Resolução no. 19.512/96, do TSE, traduz 'ipsis literis', o dispositivo acima, porém, o Ministério Público Eleitoral, em exercício perante a 180ª. Zona Eleitoral, nesta Comarca, não teve oportunidade de se manifestar na grande maioria dos feitos, principalmente naqueles em que as decisões foram completamente arbitrárias, sendo que nesses casos tomamos ciência sempre posteriormente, quando qualquer recurso seria completamente ineficaz, citando-se como exemplo 'o absurdo direito de resposta' (autos no. 87/96 - requerente: Coligação Renova Arapongas - requerido Coligação Viva Arapongas), concedido às vésperas das eleições de 03.10.96, que foi deferido em sede liminar e somente hoje, em 08.10.96, fomos intimados de tal decisão."

Aqui, companheiros, o próprio Ministério Público de Arapongas, diz que foi cerceado de participar das eleições, sendo que só "a posteriori", todos os atos políticos que foram praticados pela Juíza Eleitoral, Doutora Oneide Negrão de Freitas, junto aos processos, destes Atos, todos não passaram pelo Ministério Público conforme a lei determina. Gostaria de dizer que a Lei de Direito de Resposta, é clara quando diz: "Você tem direito de resposta quando existe a ofensa da outra parte". E o direito de resposta concedido a Doutora Oneide N. de Freitas, fere totalmente a Legislação, e esse

direito foi dado, apesar de ferir a legislação, para favorecer o candidato opositor da coligação "Viva Arapongas", cujo candidato teve o apoio da nossa Juíza Eleitoral da Zona 180 de Arapongas.

Gostaríamos que isso ficasse muito claro aqui, porque a lei é clara e ela feriu a lei, e vai responder, legalmente por isso, porque estamos entrando na Justiça Criminal contra os atos dessa Juíza, que claramente tomou posição a favor de um Partido Político.

Gostaríamos de dizer que não foi só o Ministério Público que foi cerceado da participação da eleição de Arapongas, quando foi feito a apuração dos votos de Arapongas. Até os candidatos foram impedidos de participar e fiscalizar a apuração. E inclusive, foram ofendidos pela Juíza Eleitoral, ameaçados de prisão, e não puderam adentrar no recinto da apuração, senão que vimos presente contraventores do jogo do bicho, com crachás de auxiliares da Justiça. Presentes na apuração, como auxiliares da Justiça, os bicheiros da cidade, onde tiveram participação efetiva na apuração e aos candidatos foram negados de estarem presentes, sob ameaça de prisão da Juíza Eleitoral. Isso nos causa surpresa, e solicitamos que haja do Tribunal Regional Eleitoral uma medida correta em relação a atuação dessa Juíza Eleitoral.

(Lê):

"Dentre os pedidos de providências e outras medidas protocoladas perante a escrivania da 180ª. Zona, quase que na totalidade foram deferidos liminarmente, sem que houvesse a participação do Ministério Público. Outrossim, pelo menos 80% dos casos não foram sentenciados, em observância ao disposto no artigo 65 e parágrafos da Lei no. 9.100/95 e, diante desta situação, naqueles raros casos em que vinha para o Ministério Público tomar ciência, pedia este Órgão a observância estrita do disposto no artigo 88 da citada Lei, mas tudo sem qualquer sucesso."

A Juíza Eleitoral tomava para si a Lei e ela própria fazia a Lei para si mesma, para proteger o seu candidato.

Tal situação foi alertada ao Centro de Apoio das Promotorias Eleitorais de Curitiba, que se encarregou de levar ao conhecimento do Digníssimo Desembargador Presidente do TRE.

Gostaria de chamar a atenção para o que vou ler agora.

(Lê):

"Poderia ser questionado por tal qual razão o Ministério Público não interpôs os respectivos recursos? Simplesmente porque havia um pedido de suspeição em trâmite perante o TRE, sendo que para a realização das diligências deste feito, foi

designado - pasmem mais uma vez os Senhores - o próprio magistrado teve a sua suspeição argüida, entendendo-se a partir de então, que pouco adiantaria assoberbar o Tribunal de papéis quando a situação real já havia sido noticiada e aguardava-se uma decisão que, infelizmente, não ocorreu dentro do prazo razoável a se evitar flagrante prejuízo para esta comarca".

Vocês imaginem uma Juíza Eleitoral falando e decidindo sobre a sua própria suspeição e o TRE nem tomando conhecimento deste fato!

(Lê):

"Com efeito, tramitam perante este egrégio Tribunal Regional Eleitoral, autos de pedido de suspeição que encontram-se pendentes de julgamento. E é oportuno lembrar que a imparcialidade do magistrado, quando da prestação jurisdicional, deve estar acima de qualquer dúvida ou suspeita. Sem o que, a administração da justiça estará fulminada em seu alicerce."

O Sr. Caio Quintana - Permite um aparte?

(Assentimento).

Deputada Irondi, sempre entendi que política, a gente ao perdê-la, precisa de curar as feridas e muitas e muitas vezes a discussão da questão, a justificativa da questão acaba sendo vista como "jus sperniandi" da pessoa que não teve sucesso. No entanto, na questão específica de Arapongas, Deputada Irondi, vi o próprio Ministério Público questionando o não atendimento dos seus pleitos durante a questão eleitoral.

Então, acho que é mais do que justo que os responsáveis pela candidatura que se julgou prejudicada, que venha a juízo também fazer coro com uma outra área, que é a área fiscal da Lei, que é do Ministério Público, e que nem ele conseguiu colocar a imparcialidade naquele pleito.

E acho, sinceramente, que a divisão dos poderes precisa ser respeitada, e é assunto para ser discutido na sequência, aqui neste Plenário: o comportamento que alguns juizes eleitorais têm no interior do Estado do Paraná, como se fossem donos da eleição, criando leis que não existem, impondo determinadas vontades que não são respeitadas em nenhum artigo do Código Eleitoral.

Portanto, me solidarizo com Vossa Excelência, e principalmente, Deputada Irondi espero que a Senhora entenda o início, da forma que fiz, e porque vou lhe dizer da forma que direi agora: de Vossa Excelência eu enxergaria apenas o "jus sperniandi" da eleição. Mas quando há manifestação do próprio Ministério Público, então tem que parar para pensar que alguma coisa, efetivamente, aconteceu de errado.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Na verdade, Deputado, o "jus sperniandi" é um direito que cabe àquele que perdeu. Perdemos as eleições, não nos causa nenhum problema.

O que nos traz a esta tribuna, é denunciar a fraude que houve nas eleições de Arapongas com a anuência praticada pela própria juíza de Arapongas, que ameaçava prender os companheiros, não permitiu a fiscalização da apuração da eleições, ameaçou prender o Prefeito Municipal. Enfim, ela participou parcialmente das eleições e gostaria que o senhor e todos os Parlamentares continuassem a ouvir o que escreveu aqui, no recurso nominado pelo Ministério Público, não é palavra nossa.

Portanto, estou aqui lendo um recurso do Ministério Público, que só foi ouvido quando a Juíza Eleitoral já havia dado o seu parecer - que aliás, sempre arbitrário e de forma parcial, sempre - posso provar isso a vocês. E a prova está junto ao TRE, quando encaminhado um pedido de anulação das eleições de Arapongas, porque a recountagem que havíamos pedido no prazo, não interessa mais à coligação de Arapongas, porque todos sabem que a família Grassano é nosso adversário político de longa data.

E o que pensariam os senhores, se pegássemos as urnas das eleições e levasse para minha casa, para guardá-las, após as eleições. Ele, Grassano, levou as urnas para seu tabellonato e lá ficaram urnas que foram apuradas sem o lacre e levou-as para seu cartório. Como é que podemos confiar na recountagem da eleição, dos votos apurados, sendo que ele levou para sua casa as urnas? Perdemos a confiança, não temos como, por isso pedimos a anulação e digo mais: não podemos ter essa confiança, porque temos cédulas que apareceram votadas nas mãos de pessoas que vieram nos entregar, votadas sempre para o candidato deles e para um determinado Vereador. Tenho aqui o depoimento que passo a ler logo em seguida, de uma pessoa que ouviu a conversa da Juíza com os candidatos da outra coligação, que diz que os votos brancos, ela preencheria em favor deles e de um candidato a Vereador chamado Grassa Júnior, e que ganhou as eleições e que, durante as pesquisas eleitorais, nunca pareceu com votos para ganhar as eleições, e ela diz textualmente, ter ouvido por uma pessoa que veio espontaneamente depor, porque não se conformava com o fato de ver as eleições fraudadas em Arapongas.

Portanto, o que leio aqui é um documento do Ministério Público, porque as pessoas dizem que seria "jus sperniandi".

Curitiba, terça, em 22.10.96

Perdi uma eleição em Arapongas, perdi uma eleição para Deputada, e vocês nunca me viram nesta tribuna a denunciar qualquer fato. Perder eleições é um ato democrático, faz parte da democracia que nós, com companheiros como vocês, lutamos durante anos para conquistar neste País, que é a liberdade democrática que lutamos e conseguimos restaurar neste País.

Portanto, estamos falando aqui de fraude, estamos falando de parcialidade do juiz, estamos falando da interferência do judiciário, mas somente naquela Zona Eleitoral de Arapongas, daquela Juíza Eleitoral - que volto a dizer o nome: é Oneide Negrão de Freitas - que na hora em que vocês verem o depoimento feito aqui - que lerei - vocês ficarão mais chocados ainda do que ficamos, porque cumprimos a Legislação eleitoral. A própria Juíza, que deveria ser a fiscal, deveria ser imparcial - como dizem aqui os Promotores - ela própria denegriu a imagem do Poder Judiciário do Paraná, mas graças a Deus temos pessoas sérias ainda no nosso Judiciário e acreditamos na justiça.

Passo a ler aqui, ainda, o documento do Ministério Público de Arapongas.

(Lê):

"Supedâneo sobre o qual se assenta a sentença é a imparcialidade do julgador" - que acabei de dizer agora - "que embora presumida, está contudo sujeita a ser contraditada, não estou só, escorando-me na ensinância de Carvalho Santos, quando, comentando o antigo código, ressaltava:

"Não se justifica, a nosso ver, em hipótese alguma privar o juiz da faculdade de declarar-se voluntariamente suspeito" - e aqui nós estamos falando da suspeição da Juíza, julgada por ela mesma, não é? - "pois isso equivaleria a tolerar que pudesse ele ser obrigado a julgar uma causa, para cuja apreciação reconheceu não ter a necessária isenção de ânimo e estar revestido de imprescindível imparcialidade. Vale dizer: importaria em incentivar a prática de julgamentos maus, senão a execução de atos criminosos." (JM de Carvalho Santos, Código de Processo Civil Interpretado, Freitas Bastos, 4a. edição, vol. II, pág. 142).

Quadra sublinhar, de Plácido e Silva, em seus comentários, preleciona:

"Que essa incompatibilidade para funcionamento do feito, questão de ordem moral e mesmo jurídica, deve ser, em regra, declarada pelo Juiz, antes que as partes aleguem. A posição do julgador não lhe permite que, ciente da parcialidade que decorre das circunstâncias visíveis, outro venha arguí-lo de suspeito. Isto quanto aos motivos que estruturando-a legítima, são de fácil comprovação. - Que foi o caso de Arapongas. - (Comentário ao

Código de Processo Civil, forense, 4a. edição, vol. I, pág. 297)

Pois bem, o pedido de afastamento do juiz eleitoral com atribuições perante a 180a. Zona, teve por base, entre outros fatos, uma declaração feita à imprensa local. Ela foi à imprensa local fazer uma declaração que se eu tivesse trazido aqui, os senhores ficariam pasmos, chocados, quando uma Juíza que deveria pregar a lei e a ordem prega justamente o contrário. E aqui se refere o Ministério Público sobre esta entrevista longa dela, e que está no Tribunal Regional Eleitoral. Se eu lesse uma linha daquela entrevista dela, tenho certeza que vocês ficariam mais surpresos que nós. Tal motivo - até por uma questão de postura funcional coerente - era suficiente para que ela, a magistrada, tivesse reconhecido a necessidade de seu afastamento. Mas isso não ocorreu, e os reflexos de sua atuação durante toda a fase de propaganda eleitoral, resultou na irresignação e nas irregularidades apontadas no presente pedido de recontagem, com o qual coaduna o Ministério Público.

Vem a parte segunda do documento, que é.

(Lê):

"Da impossibilidade da apreciação do presente pedido de recontagem em 1o. grau

Não obstante previsão expressa na lei, artigo 28, inciso IV, da Lei no. 9.100/95, o presente recurso foi recebido e apreciado pelo magistrado em 1o. grau de Jurisdição, enquanto que a competência é do Tribunal Regional Eleitoral."

Nós pedimos a recontagem e ela mesma julgou o pedido, pois ela não conhece a Legislação eleitoral e nem qualquer outra. Se vocês vissem os despachos que ela pessoalmente fez! Ela negou o pedido de recontagem, sendo que cabe ao Tribunal Regional Eleitoral esta atribuição. Nem isto ela cumpriu na Legislação e vai responder criminalmente por isso.

Por outro lado, não bastasse a flagrante incompetência da Juíza para apreciação do pedido de recontagem, uma vez que fundamentado em umas das hipóteses previstas no inciso III, do referido artigo 28 da Lei no. 9.100/95, verificado que o referido pedido englobou fatos ocorridos também na 61a. Zona Eleitoral, tendo sido formulado também contra a Junta Eleitoral com a atuação perante a referida Zona Eleitoral. É de se estranhar que um magistrado prolator da decisão atacada, sequer tenha dado ciência ao Juiz Eleitoral responsável pela 61a. Zona Eleitoral, do teor do presente pedido, decidindo em nome das duas Zonas Eleitorais (61a. e 180a.)

O pedido de recontagem foi feito para as duas zonas eleitorais e - pasmem os Senhores - além dela julgar o pedido da 180a. Zona Eleitoral,

que é a dela, ela julgou também sobre a outra Zona Eleitoral, nem mesmo dando ciência ao Juiz eleitoral da 61a. Zona, sobre o fato ocorrido. Além dela julgar a sua, ela nem deu ciência ao juiz da outra Zona Eleitoral. Por isso, os Promotores Públicos de Arapongas fazem este recurso ao TRE e dizemos aos companheiros que acreditamos na justiça, e que pedimos não só ao TRE, mas que pedimos ao Tribunal de Justiça do Paraná, que tome providências cabíveis contra uma Juíza Eleitoral que descumpra a legislação.

Agora, passo a ler aqui um documento que foi a pessoas que ouviu a conversa da Juíza com os candidatos nossos opositores.

(Lê):

"CERTIDÃO

CERTIFICO a pedido de parte interessada que, revendo os livros de Escritura Pública existentes neste Ofício, dentre eles no de número 0115-N, às Fls. 170V verifiquei constar a Escritura Pública do seguinte teor:

ESCRITURA PÚBLICA DE DECLARAÇÃO, bastante que faz: **VENCESLAU ADOLFO DE MELO JÚNIOR**, na forma abaixo:

S/A/M/B/A/M quantos esta pública Escritura de Declaração virem que aos nove dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e seis (09.10.96) nesta cidade e Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, em Cartório, perante mim 2a. Tabelião e das duas testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, compareceu como outorgante declarante **VENCESLAU ADOLFO DE MELO JÚNIOR**, brasileiro, casado, recepcionista, residente e domiciliado a Rua Rouxinol s/n, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG no. 4.051.041-9-PR e inscrito no CPF/MF sob no. 6079044-69-04; os presentes reconhecidos pelos documentos apresentados nesta escritura, do que dou fé. E, por esta escritura e nos melhores termos de direito declara o seguinte: Que o declarante trabalha há três (03) meses no Lodi Palace Hotel, na função de recepcionista. Que há cerca de um (01) mês a Doutora Oneide Negrão, efetuou a reserva do apartamento para uso próprio, fazendo uso do mesmo esporadicamente. Que no dia em que foi feita a reserva do referido apartamento, o declarante, ao adentrar o mesmo, com um segundo cliente de sobrenome Badaró, cujo cliente queria conversar com a Doutora que lá se encontrava em companhia do Senhor Rubens, proprietário do hotel, teve neste momento a oportunidade de ouvir a seguinte conversa entre a Doutora Oneide e o proprietário do hotel: "A Doutora Oneide dizia que teriam de ganhar a eleição de qualquer maneira, vamos tirar este pessoal daqui de Arapongas, chega de Pugliesi"... após esta data a

Doutora Oneide ficou por alguns dias sem ir ao hotel, apesar de ter seu apartamento à disposição indo esporadicamente. A Doutora Oneide voltou a usar do apartamento em data mais próxima a eleição, e, em uma destas data teve oportunidade de ouvir comentários no hall e nos corredores do hotel, comentários estes feitos pela própria Doutora Oneide, com o seguinte conteúdo: "Eu já entre com processos contra o Waldir. Por vez diretamente ao declarante a Doutora Oneide disse que na montagem do palco para um comício do Bisca no Conjunto Palmares, havia tido briga, e que iria processar e prender os indivíduos conhecidos como Tucão, Batista e Chideu". Também na presença do declarante a Juíza disse ao Senhor Rubens, proprietário do hotel, o seguinte: "Não precisa se preocupar que a eleição do Bisca já está ganha". Que poucos dias antes da eleição a Doutora Oneide, tomando café da manhã com os então candidatos a prefeito e vice, Senhor José Bisca e Sérgio Kumell, comentavam sobre o planejamento para apuração das urnas, e que o pessoal do Beto não iriam entrar no local de apuração. Os votos em branco seriam usado para preenchimento em favor do Bisca e Graça Júnior. Na noite do dia 02.10.96, portanto anterior a eleição, a Doutora Oneide chegou ao hotel com um carro novo, zero km, de cor preta, s/ placas, com aparência de ser importado; pessoas ligadas a Doutora Oneide, juntamente com ela ficaram por cerca de 5 minutos observando o carro, sendo que logo em seguida uma dessas pessoas levou o carro embora; logo em seguida ouviu comentários que aquele carro era presente que a Doutora Oneide recebeu do então candidato José Bisca, sendo certo que o declarante jamais havia visto a Doutora Oneide ou qualquer outro cliente, chegar com o carro em referência. Que no dia 03.10.96, provavelmente no meio da tarde, a Doutora Oneide chegou ao hotel dizendo que teria mandado prender todas as pessoas que estavam fazendo "boca de urna" deles, citando inclusive duas mulheres. Nessa mesma tarde o ora declarante viu quando chegou o filho da Doutora Oneide, com uma mala, o qual pediu ao declarante que o acompanhasse até o apartamento e levasse a referida mala. Que diante do peso da mala o declarante brincou com o rapaz, indagando que dentro da mesma, provavelmente haveria três (03) 765, o rapaz respondeu que haviam somente duas (02), porém disse que realmente a 765 da mãe, também estava dentro da mala, portanto realmente haviam três (03). Que ouviu também comentários referentes ao Prefeito Waldir, uma vez que a Doutora Oneide disse que o Waldir teria feito tudo para ser preso, mas que ela ignorava, passando perto do mesmo e virando a cara, dizendo

Curitiba, terça, em 22.10.96

que prenderia apenas os cabos eleitorais deles, deixando apenas os nossos aqui. Quando começou a sair o resultado das urnas, e quando a candidata Ana Lúcia saiu na frente, passando o Graça Júnior, o marido da Juíza comentou com o proprietário do hotel, Senhor Rubens, de que não se preocupasse, porque fariam o Graça Júnior ser o mais votado, e que danam um jeito de colocar nossos Vereadores lá nem que tivessem que impugnar os votos de Ana Lúcia. A pedido das partes lavrei a presente escritura, a qual depois de lavrada lhes sendo lida e achada conforme, aceitaram, outorgam e assinam, com as testemunhas presentes, que são:

ROSILENE DE FÁTIMA CRUZ, brasileira, solteira, maior, recepcionista, residente e domiciliada a Rua Gaivota, no. 54, Centro, nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade RG no. 28.692.436-5-SP e inscrita no CPF/MF sob no. 70565389-34; e, **MARIA IZABEL FAGNANI RABITO**, brasileira, casada, vendedora autônoma, residente e domiciliada a Rua Perdizes no. 1.314, nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade RG no. 1.702.702-6-PR e inscrita no CPF/MF sob no. 308619509-68. Boletim de Distribuição. Nada mais com relação ao pedido a mim feito. Era o que se continha em dito Livro e Folhas, a qual presente certidão é cópia fiel e autêntica. Eu, (a), Oficial do Registro a mandei digitar, conferi, subscrevi, datei e assino.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ
ARAPONGAS, 15 de Outubro de 1996

Em Testemunho da verdade

(a) Dra. ELIZABETH N. PIMPÃO BERALDEN
2a. Tabeliã - Titular

"CERTIDÃO

CERTIFICO a pedido de parte interessada que, revendo os livros de Escritura Pública existentes neste Ofício, dentre eles no de numero 0115-N, às Fls. 171V verifiquei constar a Escritura Pública do seguinte teor:

ESCRITURA PÚBLICA DE DECLARAÇÃO
bastante que faz: **ROSILENE DE FÁTIMA CRUZ**,
na forma abaixo:

SAIBAM quantos esta pública escritura virem que aos onze dias do mês de outubro do ano de um mil e novecentos e noventa e seis (11.10.96), nesta cidade e Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, em Cartório, perante mim, 2a. Tabeliã e das duas testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, compareceu como **OUTORGANTE DECLARANTE: ROSILENE DE FÁTIMA CRUZ**, brasileira, solteira, recepcionista, residente e domiciliada a Rua Gaivota, no. 54, Centro, nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade RG no. 28.692.436-5-SP, e inscrita no CPF/MF sob no. 70565389-34; reconhecidos como os próprios por

mim, 2a. Tabeliã e pelas testemunhas ao final nomeadas e assinadas, do que dou fé. E perante as mesmas testemunhas, pela declarante me foi dito e declarado que: trabalha há 1 (um) mês no Lodi Palace Hotel, na qualidade de recepcionista, fazendo também conferência de limpeza dos apartamentos e de toda a área do hotel. Que há cerca de um mês ou 20 (vinte) dias antes das eleições, verificou através das fichas dos hóspedes, que existia um apartamento em nome da Juíza Doutora Oneide Negrão. Porém só chegou a ver pessoalmente e ainda rapidamente a Doutora Oneide Negrão na parte da noite, três noites após ver a ficha. Após esta data chegou a vê-la por algumas noites, a qual sempre comentava em alto tom, com o Senhor Rubens (proprietário do hotel), sobre as eleições, sempre dizendo que a coisa "estava feia" e que tinha mandado prender o pessoal do candidato Beto, por causa de brigas e que iria desarmá-los, e que sempre que comentava sobre o candidato Beto, usava o termo de "aquele povo". Já mais próximo à eleição, a declarante estava sozinha na recepção, não se recordando da data, tendo certeza apenas de que era uma sexta-feira, o filho da Doutora Oneide adentrou ao hotel com uma arma na mão apontando para o teto, sendo certo que a declarante até aquele momento não conhecia o filho da Doutora Oneide, porém diante da situação se assustou, achando que fosse um assalto, e o rapaz ficou por alguns instantes parado com a arma para cima olhando para a declarante, e em seguida a Doutora Oneide chegou com um senhor, e assim ficou a declarante mais tranqüila, uma vez que ouviu a Doutora Oneide conversando com o rapaz, vindo então a saber que se tratava do filho e do marido da Doutora Oneide, entregando a chave do apartamento a Doutora Oneide, sendo certos que os mesmos subiram e alguns minutos após desceram, já com outras roupas, momento em que ouviu a Doutora Oneide comentando que iriam ao comício do Bisca. Que no dia da eleição à noite, o marido da Doutora Oneide veio ao hotel e deu uma credencial ao Senhor Rubens, para que o mesmo pudesse entrar no local de apuração, como convidado e logo depois a Doutora Oneide veio ao hotel e convidou a esposa do Senhor Rubens para a apuração, usando os seguintes termos: "Você é minha convidada especial, é só chegar lá e me chamar que lhe coloco para dentro", sendo certo que a declarante tem conhecimento que apenas o Senhor Rubens aceitou o convite e foi à apuração, sendo que o mesmo no dia seguinte disse que ficou junto à Doutora Oneide por ocasião das apurações. Que é certo que ouviu da Doutora Oneide por ocasião de sua ida ao hotel para tomar banho (momentos antes da apuração) o

seguinte comentário: "Nós vamos fazer de tudo para ganhar esta eleição". Que a declarante e o funcionário Júnior, sempre comentavam sobre a situação, sendo certo que um contava para o outro as coisas que ouviam e viam no hotel. Que a mesma declara ainda que apesar de não ser eleitora desta Comarca, não tendo interesse partidário, fez a presente declaração por achar justo a publicação dos fatos que conhece. Boletim de Distribuição. E de como assim o disseram do que dou fé, lhes lavrei este instrumento pior me ser pedido e distribuído, que depois de lido e achado conforme, aceitaram e assinam, perante as testemunhas que são: **MARIA IZABEL FAGNANI RABITO**, brasileira, casada, vendedora autônoma, residente e domiciliada a rua Perdizes no. 1.314, nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade RG no. 1.702.702-6-PR, e inscrita no CPF/MF no. 308619508-68; e **PAULO SÉRGIO CAMPAROTTO**, brasileiro, solteiro, contador, residente e domiciliado a Rua Drongo o. 2069, nesta cidade, portador da Carteira de identidade RG no. 4.470.783-7-PR e inscrito no CPF/MF sob no. 564924809-53. Nada mais com relação ao pedido a mim feito. Era o que se continha em dito Livro e Folhas, a qual presente certidão é cópia fiel e autêntica. Eu (a) Oficial do Registro a mandei digitar, conferi, subscrevi, dato e assino.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ
ARAPONGAS, 15 de outubro de 1996
Em Testemunho da verdade
(a) ELIZABETH N. PIMPÃO BERALDEN
2a. Tabeliã - Titular"

Por aí vocês vêem o absurdo desta declaração e aqui mesmo dizendo que ela iria preencher os votos em branco em favor do candidato Bisca e de Graça Júnior, candidato a Vereador. Da mesma forma tenho aqui outra declaração que não vou ler, de uma pessoa que trabalhava no hotel e que também tem depoimentos neste sentido. Para vocês sentirem que perder a eleição não é problema, mas não admitimos a fraude, nós que sempre lutamos para que a lei imperasse, nós que sempre lutamos para que o povo pudesse ter a sua voz e a sua vez, ficamos chocados de ver esta interferência e pedimos aqui o apoio dos companheiros para que justiça seja feita, para que a eleição de Arapongas seja anulada, porque no dia 02 de outubro a "Folha de Londrina" publicou uma pesquisa encomendada pela própria "Folha de Londrina", pela Rede Brasil Sul, rádio e pela Rede Bandeirantes de Televisão, feita em Arapongas, que nos dava uma vantagem de 16%.

Portanto, fica aí a dúvida que não se muda uma eleição com 16% à frente da noite para o dia. A

fraude existiu e nós não podemos provar porque as pessoas se negam a fazer os depoimentos, mas vieram nos dizer que foram feitas cédulas eleitorais para substituição nas urnas de Arapongas, e foram feitos depoimentos não assinados também que as urnas foram trocadas e as pessoas que presenciaram isto vieram depor, mas com medo da Doutora Oneide Negrão de Freitas, se recusaram a assinar o documento.

Portanto, reforço mais uma vez aos companheiros o pedido de solidariedade, neste momento, porque clamamos por justiça. Suspeição foi pedida. Ela mesma arguiu sobre a sua própria suspeição e o Ministério Público, chocado fez este recurso nominado, que li para os companheiros, para que vocês não pensem, Senhor Presidente, nobres colegas, que esse é apenas um pedido da legalidade das eleições.

O Sr. Caíto Quintana - Deputada Irondi, quero dizer o seguinte: acho que esta Casa, que tem Parlamentares, que tem responsabilidades sobre uma série de municípios e eleições que ocorreram nos municípios. Cada um aqui poderia descrever atos que extrapolaram o direito eleitoral, mas diante do seu relato tão grave, Senhor Presidente, uma atitude tem que se tomar.

Essa atitude poderá ser, Deputada - e espero que Vossa Excelência entenda mais uma vez, da punição e um falso testemunho. Poderá ser. Agora, se não for, se os fatos forem comprovados, não é possível que a Justiça Eleitoral se mantenha sob suspeita, ou quase uma comprovação, como esse fato faz, porque então é o seguinte: não vale a penas mais o trabalho político, ou administrativo, que se pode mudar o resultado de uma eleição, através de uma arbitrariedade, extrapolando o limite do direito.

Acho que, indiscutivelmente, esta Casa tem que ter uma posição.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Agradeço o aparte do nobre Deputado.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputada, tudo o que Vossa Excelência falou aí, o Juiz de São José dos Pinhais, Doutor Mauro, fez pior. Além de ser solidário, para lhe dizer que não é o caso de Arapongas, não. E tanto entendo, que a culpa é da Câmara Federal, onde dá poderes à Justiça, indiscriminadamente. Juiz, no Paraná, de uma Comarca, proibiu até trio-elétrico. Outros permitiam que os mesários usassem camiseta de candidato. Outros não permitiram. É a maior bagunça. Outro, quando o Deputado chegava, o Juiz, educadamente atendia o Deputado, e até deixava o Deputado

Curitiba, terça, em 22.10.96

entrar no recinto. Outros Deputados já eram expulsos, não podiam nem sequer entrar na porta da onde se estava efetuando a apuração. Enfim, a coisa é complicada.

Devo lhe dizer que contratamos o ex-Deputado Nilso Sguarezi como advogado. E não só nós, mas o PT, o PSDB, e todos os outros candidatos dos outros partidos da Comarca, pediram a suspeição do Juiz e anulação das eleições. Foi pedido de tudo. Só que não se atende nada. Infelizmente, acho que a sua luta deve ser muito parecida com a nossa. É esperar daqui a quatro anos para ganharmos, porque nessa justiça aí, não acredito.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Irondi, eu falava há pouco com o Deputado Caio Quintana e até marcávamos - e acredito é de interesse de muitos Deputados aqui - para que na semana que vem seja feito aqui um relato pelos Senhores Deputados, de tudo o que aconteceu no interior do Estado. Porque o procedimento de Promotores e Juizes, no interior do Estado, principalmente em cidades pequenas, foi um terrorismo o que eles fizeram nessas eleições municipais.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Concorde com o senhor.

O Sr. Valdir Rossoni - Tenho cinco ou seis fatos de atitudes de juizes eleitorais que estarem qualquer cidadão que defenda a democracia. Por isso, vou deixar o meu pronunciamento para a próxima terça-feira. Venho a essa Casa fazer o meu pronunciamento e acredito que muitos dos Senhores Deputados possam contribuir com o seu depoimento, para que possamos pegar esses depoimentos e mandá-los ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Presidente do Tribunal Eleitoral, para que eles tenham conhecimento do que esses Juizes e Promotores estão fazendo. Eles estão acima da lei. Eles são semideuses das eleições e eles querem e interferem nos resultados das eleições de uma forma, que se contarmos aqui, ninguém acredita.

O que está acontecendo no Paraná é muito pior do que no tempo da ditadura. E não podemos deixar que isto aconteça, senão daqui a dois anos, teremos eleições novamente, e esses semideuses, que comandam o processo eleitoral do Estado do Paraná, acredito que tenham primeiro que passar por um treinamento, porque não é possível alguém que proceda desta forma. Ou tem desconhecimento da lei ou estão achando que estão acima da lei.

Por isso vou voltar a essa questão na próxima terça-feira, e conclamo os colegas

Deputados, para que cada um faça o seu depoimento dos absurdos que ocorreram em todo o Estado do Paraná, porque eu falei com uma série de Deputados.

Obrigado!

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Agradeço o seu aparte e o seu depoimento, porque realmente precisamos acreditar na justiça.

O Waldir Pugliesi foi um dos Constituintes que votou a inamovibilidade para os Juizes, e acredito que eles têm que ser preservados na postura de Juiz. O que não podemos é ficar calados perante a atitude tomada, sobre a parcialidade nas eleições, de alguns Juizes - devemos citar que são de alguns Juizes - porque queremos justiça, queremos vê-los punidos, não só pelo TRE, mas também pelo Tribunal de Justiça, porque a gravidade dessa denúncia que fiz aqui, é de tal forma que devemos levar ao conhecimento da Presidência do Tribunal, juntamente com o Presidente desta Casa, junto com os demais companheiros que se sentiram prejudicados, para que se tome uma providência legal cabível, que essa providência se faça atuar nesse sentido.

Agradecemos e dizemos que ainda mais uma vez confiamos na justiça e clamamos por justiça no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Grande Expediente.

Por benevolência do ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli, ele concede a ordem de inscrição no Horário das Lideranças, ao Líder do PTB, Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Ouvia atentamente o pronunciamento do Deputado Edgar Bueno e achei o Deputado de uma postura fantástica, coerente, humana, a respeito de Cascavel.

Sou amigo do Prefeito Salazar Barreiros, sou amigo da Idalina - se me permite chamá-la assim - como sou amigo e companheiro do Deputado Edgar Bueno e lá estive apoiando a sua candidatura, gravei, inclusive, para o TRE, fiz uma visita com o Deputado Edgar.

O Deputado Edgar Bueno - não sei se os Senhores sabem - foi "office-boy" das Casas Pernambucanas, começou a sua vida trabalhando como "office-boy" das Casas Pernambucanas. E se chegou a este Parlamento, foi por méritos, não por fraudes.

E quero dizer a Vossa Excelência, Deputado Edgar, que os cinco mil votos que fiz em Cascavel,

não transferei a Vossa Excelência. Dificilmente você transfere votos. Os votos que Vossa Excelência fez em Cascavel foram seus, não foram meus, não foram do Governador, não foram de ninguém, foram seus, porque Vossa Excelência começou a sua vida em Cascavel, varrendo a calçada das Casas Pernambucanas, e se chegou aonde chegou é por méritos, por decência, por moral. E tem em mim Vossa Excelência, o amigo de sempre. E gostei da sua atitude na tribuna, Deputado Edgar: dignidade. Vossa Excelência disse se na abertura das urnas o Salazar ganhar, o Senhor vai ocupar a tribuna, vai ocupar o meu programa, todos os programas e dizer que os seus eleitores ajudem Salazar Barreiros a administrar Cascavel.

E que tenha a mesma postura Salazar Barreiros, se o senhor ganhar as eleições em Cascavel, porque as eleições em Cascavel não estão "sub judice", como estão em Arapongas, como estão em outras cidades do Paraná.

Mas parabéns Vossa Excelência pela atitude, pela decência, pela serenidade do seu pronunciamento Vossa Excelência ganhou em mim cem por cento de amizade. E quero dizer a Vossa Excelência que sou muito decente nas minhas atitudes, que ia a Toledo apoiar o candidato do Deputado Duílio e não fui porque tenho medo de avião; e todas as vezes que marcava para ir a Toledo chovia, e avião me apavora. Choveu, entro em pânico mesmo e me dá desespero, e não pude ir para Toledo. Seu eu fosse a Toledo, iria apoiar o candidato do Deputado Duílio Genari, com maior prazer, porque ele me convidou e eu não tenho inimigos nesta Casa, considero esse Parlamento o melhor do Brasil, o melhor Parlamento do Brasil está neste Estado, como está o melhor Poder Judiciário, o melhor Ministério Público, os melhores professores, os melhores funcionários públicos, as melhores taquígrafas do Brasil estão nesta Casa, como estão aqui as melhores zeladoras. Orgulho-me de ser Deputado no Paraná.

Em Maringá apoiei o Deputado Marquinhos Alves, simples, humilde - gosto muito do Marquinhos, da humildade dele. Ele falou: "Vamos para Maringá me ajudar". E eu falei: "Vamos!" E pela primeira vez em Maringá - não sei se o Marquinhos chegou a tempo - fiz cinco mil pessoas levantarem as mãos para o céu e orarem comigo pela paz em Maringá. Ninguém faz isso, desafio quem faça.

Respeito o Deputado Joel Coimbra, respeito o ex-Secretário Sílvio Barros, por exemplo. Em Arapongas eu não fui, para não magoar a Deputada Irondi. De um lado tinha amigos, do outro lado tinha amigos. Em Cianorte também não fui para não magoar o Deputado Edno, para não magoar o

Deputado Dirceu, que é meu amigo. Não fui, por exemplo, em São José dos Pinhais. O meu partido apoiava o candidato eleito, mas o Deputado Anibal queria que eu fosse para o outro lado. Fui em Astorga. Tinha 10 mil pessoas me esperando e perdemos as eleições, ganhou o Anibal. Anibal num palanque eu no outro. No do Anibal tinha 500 pessoas, no meu tinha 10 mil. Fiz 10 mil erguerem as mãos e rezarem comigo e o Anibal ganhou as eleições.

Agora, fazer o quê, eu não transfiro votos, os meus votos são os meus votos. Fiz 15 mil pessoas em Araucária, ao lado do meu irmão, meu amigo, de uma moral libada que conheço, o Deputado Albanor Gomes. Falo isso de cadeira, porque acho esse Deputado decente, íntegro; eu e o Zezé erguemos as mãos com 15 mil pessoas orando por Araucária e perdemos as eleições por 15 mil votos.

Não transfiro votos, e hoje, por exemplo, eu tinha que ir com um irmão meu, não vou dizer que não é meu irmão, Geraldo Cartário é meu irmão. Não pude ir a Fazenda Rio Grande, não dava certo; em Matinhos não apoiamos ninguém, nós torcemos, porque houve uma sacanagem, acabou ganhando o nosso candidato, fomos traídos. Apoiei o Deputado Algaci Túlio em Almirante Tamandaré. Perdemos as eleições, mas perdemos com a cabeça em pé. Apoiei o Algaci, ele me pediu, veio com humildade. Por exemplo, um funcionário do meu gabinete foi candidato a Vereador e não ganhou a eleição. O que é que posso fazer, eu não transfiro votos. Quantos candidatos o Algaci apresentou na televisão e perderam as eleições; mas o candidato do coração dele, que é o Jotapê ganhou as eleições. Como pedi votos para o Mário Celso, pedi para o Ede, como pedi para tantos outros companheiros, dificilmente se transfere.

Veja só, Senhor Presidente, Deputado Edgar e Deputado Tavares, a Federação das Indústrias de São Paulo, Deputado Geraldo, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Estou feliz nesta tarde: primeiro saiu o IBOPE ontem, a Rede Globo em primeiro lugar, o SBT em segundo e a Rede Record em terceiro. O Programa Alborghetti em primeiro lugar em audiência no Estado do Paraná, estou feliz. E ontem não quiseram me dar a pesquisa. A Federação das Indústrias de São Paulo fez uma pesquisa, a Federação das Indústrias do Paraná outra, a de Santa Catarina e a de Rio Grande do Sul outra. Agora há pouco consegui a pesquisa, foi feita a maior pesquisa do Estado do Paraná. Os dois maiores campeões de audiência são: em primeiro Alborghetti, em segundo Doutor Paulo Pimentel, no Jornal do SBT. Para mim é um orgulho, vou receber o "Oscar" do Paraná, vou receber o segundo maior troféu da minha vida, considerado o maior

apresentador da TV da história do Estado do Paraná. Foram feitas centenas e centenas de pesquisas em todo o Estado, pelo Instituto Bonilha, pela Federação das Indústrias do Paraná e o Alborghetti na cabeça. O Alborghetti é o maior apresentador de televisão do Estado. Nem por isso, Deputado Geraldo, transfiro votos.

O Romanelli fez uma votação excelente para Deputado Estadual, aparecia na televisão apresentando propostas - falo isso, me permita, Romanelli - enquanto o Max agredia, agredia, agredia, o Romanelli apresentava propostas. Tinha dois lados o programa do meu querido Romanelli, de um lado você vendo a proposta do Romanelli, continuar com o seu sonho de fazer aqui o que ele fez como um dos grandes Secretários de habitação do Estado, e o tenho como meu amigo. E oxalá ele pudesse continuar com esta proposta maravilhosa de fazer com que esse Estado tivesse a habitação que Vossa Excelência implantou no Governo Roberto Requião. Você a votação que o Max fez, foi horrível, me perdoe. Em compensação, o Deputado Ângelo Vanhoni, fez um programa de propostas e fez uma votação significativa que me orgulhou muito. E o Deputado Carlos Simões, mesmo com as propostas do PTB do Paulo Maluf, fez uma votação estrondosa no Paraná, tem que ser respeitado o Deputado Carlos Simões pela votação monstruosa que ele fez nesta Capital. E como o meu candidato fez quase 500 mil votos - que era o Cássio Taniguchi - não posso dizer que o meu Partido apoiou, eu estava apoiando.

Em Londrina, lamentavelmente, não ganhamos no primeiro turno. Os votos que o Deputado Antonio Belinati fez, não foram meus, não foram de ninguém, foram do próprio Belinati. Belinati fez quase 100 mil votos, para Prefeito. Lamentavelmente. Sou uma pessoa que sou decente nas minhas atitudes, se o Governador Jaime Lerner não tivesse comedido a infelicidade de agredir o Prefeito da minha cidade - Luiz Eduardo - que é um moço que tem um grande cabo eleitoral. O Luiz Eduardo é um grande cabo eleitoral. Se não tivesse havido esta pequena infelicidade, o Deputado Antonio Belinati seria Prefeito Municipal de Londrina. Da segunda maior cidade do Paraná.

O Deputado Tavares fez uma campanha bonita. O Haully fez 70 mil votos, tem que ser respeitado, foi Prefeito em Cambé, transferiu o título para Londrina. Saiu candidato por Londrina. Então, acho que - para finalizar - vi nesta Casa hoje, Senhor Presidente, ouvi hoje aqui muitos desabafos. Só não concordo com uma coisa nesses desabafos: do meu querido Deputado Valdir Rossoni, que também é meu amigo particular. Aliás, sou amigos de todos nesta Casa.

Derrota é duro! É a pior coisa da vida de um político. Me lembro que há 10 anos, um companheiro meu perdeu a eleição para Vereador, em Londrina, e achamos ele numa quicassa na saída para Tamarana, escondido como um macaco. E para tirar ele de lá foi duro. Ele chorava. É duro. Ai lembro que foi chamado o Doutor Ed Soares para tirar ele de lá. Era um professor em Londrina, e tivemos que interná-lo. Em eleição não tem meio termo: ou você ganha ou você perde.

Aprendi muito neste Parlamento com o Deputado Caíto Quintana. Quando tenho algum probleminha corro lá no gabinete do Caíto, sento, converso com ele e o Deputado Caíto me ensinou uma coisa: derrota é derrota. Em 98 tem eleição para Deputado. Manda fazer uma pesquisa. Vai dar, vai para o pau. Se não der, não vai. Porque se o cara perdeu, perde os amigos, não faz mais papagaio em Banco, perde a carteirinha. Essa carteirinha, oh, carteirinha abençoada, só não serve para viajar. Porque eu e o Caíto quase fomos presos no aeroporto. Chegamos no aeroporto para ir para a Argentina numa reunião do MERCOSUL, meti a carteirinha de Deputado na cara da Polícia Federal. O cara falou: "Joga isso fora, isso não serve. Identidade". Ai meti a identidade nele e ele falou: "Pode passar". Eu disse: "E essa carteirinha, eu sou Deputado!" Ele: "Isso não vale, não resolve."

tudo bem. Se der certo a pesquisa, vai para o pau. Derrota é lágrimas. É sofrimento. É uma amargura. Você chega em casa, não consegue olhar para os olhos dos seus filhos e para os olhos da sua esposa. A vitória é diferente: é festa, é aplausos, é alegria! Você renasce. Lamentavelmente a vida é assim. O destino tem uma fábrica no centro da terra que prepara para uns a vitória e para outros a derrota.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, no Horário do PMDB, o Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, depois deste poema que ouvi do Deputado Alborghetti, transfiro para amanhã o meu pronunciamento.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Presidente, o Horário do PTB já foi concedido?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sim. No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio, Liderança do Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Se Vossa Excelência consentir, o PMDB cede seu horário ao Deputado Dúlio Genari.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está concedido. Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito embora também reconhecendo que a oração feita aqui pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti foi das mais extraordinárias, como sempre tem sido, não poderia me furtar de vir à tribuna hoje, para fazer um esclarecimento.

E venho fazê-lo sem nenhum constrangimento e acima de tudo pautando na minha conduta de humildade, que me fez chegar até onde cheguei.

Na última sexta-feira, gravei pela manhã, um programa de televisão, sala exclusiva, da TV exclusiva, de responsabilidade dos jornalistas Enéas Farias e Silvio Sebastiani. Foi uma entrevista de aproximadamente 1 hora e meia, entre intervalos, entre algumas paradas, enfim, foi uma entrevista que pela primeira vez consegui, talvez, colocar para fora aquilo que o coração muitas vezes quis dizer e que segurei em várias oportunidades.

Foi uma entrevista onde vários companheiros procuraram a minha vida desde a infância, vinda aqui de Areias, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, até chegar em Curitiba, quando aos 11 anos de idade, para 12, eu sentava no banco da Praça Tiradentes, comprava a "Gazeta do Povo" e procurava emprego.

E essa entrevista me tocou muito fundo, mas ela enfocou vários aspectos e quase já no final da entrevista, movido pela emoção ou talvez pelo cansaço, acabei cometendo um grave deslize. E volto a dizer, não estou constrangido em vir aqui e reconhecer a falha que cometi. Aliás, tenho dado demonstração nesta Casa, de humildade, quando me curvo diante de argumentos, daqueles que têm muito mais experiência do que eu neste Parlamento. Não me sinto constrangido quando peço orientação a algum dos Parlamentares, e procuro sempre conduzir da melhor maneira possível, tendo já adquirido uma certa experiência, passando até aquele período de Deputado iniciante, que vem para a Assembléia louco, fogoso para ser contra tudo e contra todos, às vezes levado mais pela emoção do que pela razão.

E eu, numa determinada pergunta feita pelos jornalistas, que me questionaram o que é que eu faria se ficaria na Assembléia ou se renunciaria; se renunciaria a vice-Prefeitura e permaneceria na

Assembléia, nesta situação complicada que acabei mais uma vez criando para mim mesmo.

Aliás, em todas as eleições para Prefeito - assim foi em 88, quando saí vice-Prefeito do Jaime Lerner, ficou um dilema danado: se eu poderia assumir ou não poderia assumir; se eu perderia o cargo na Assembléia, até quando descobri, lá nas Disposições Transitórias da Constituição, um artigo que me permitia, Deputado Tavares, que foi Constituinte Federal, que me permitia que pudesse acumular as duas funções, me licenciando da Assembléia, no momento que assumisse a Prefeitura, e assim foram 22 vezes.

Agora a coisa mudou, agora já não tem mais a Disposição Transitória. Agora é uma coisa ou outra. Como no Congresso Federal existem aproximadamente 30 Deputados Federais, que foram candidatos a vice-Prefeito nos seus Estados, nas cidades das suas regiões e dentre eles existe o candidato a vice-Prefeito do candidato de São Paulo, que é Deputado Federal também, e outros, o Congresso já tem uma Comissão Especial, que já deu um parecer favorável a que os Deputados Federais possam, quando chamados, assumir as Prefeituras sem a condição de perder o cargo de Deputado.

Porque, afinal de contas, entendem eles que o cargo de vice-Prefeito ou vice-Governador é uma expectativa. Não significa dizer que oficialmente sou vice-Prefeito ou que a pessoa eleita para vice-Governador é vice-Governador; é uma expectativa de um dia assumir.

Então, prejudicar um Parlamentar que teve um trabalho muito grande para se eleger Deputado Estadual ou Federal, e de repente ter que riscar da sua carreira essa condição de ser Parlamentar para assumir a vice-Prefeitura, entendem os Deputados Federais - na sua maioria, pelo que pude constatar na última terça-feira, quando lá estive - que esta Emenda será aprovada, permitindo que os Federais possam exercer o cargo de Deputado Federal e conseqüentemente, quando chamado, licenciados do Congresso e assumindo as vice-Prefeituras. Aprovando lá, conseqüentemente vamos iniciar uma batalha aqui nesta Casa e também criar uma Comissão Especial para analisar, e a Assembléia aqui vai decidir se aprova ou não.

Então, essa pergunta me foi feita: "O que é que o Deputado vai fazer? Vai renunciar à Assembléia? Vai assumir a Prefeitura? Não vai assumir a Prefeitura e fica na Assembléia?" Realmente, estou num dilema mas tenho mantido a minha palavra e aqui, nesta tribuna, mais uma vez ratifico estas minhas palavras, durante a campanha, nas caminhadas com o companheiros Cássio Taniguchi, reafirmei várias vezes de que pela minha

cidade qualquer sacrifício é válido até mesmo a renúncia do cargo de Deputado.

Já renunciei tantas vezes por Curitiba e esta cidade tem me sido grata, porque a cada eleição aumento a minha votação, graças a Deus!

Eu disse que, se necessário for, se não passar a emenda, renuncio à Assembleia. Isso volto a reafirmar aqui mais uma vez, muito embora venha a ter um prejuízo político muito grande para a minha carreira futura.

Ai então, vem essa pergunta, à qual falei que estava ainda estudando, analisando, esperando uma decisão do Congresso depois ver o que acontece na Assembleia. E lá pelas tantas, me perguntaram: "E a Assembleia, como fica?" Ai falei: "Olha até hoje, graças a Deus, na Assembleia, como Líder do Governo, tenho conseguido aprovar todos os projetos, não tive uma derrota. Talvez isso tenha sido o meu grande pecado em dizer, que não tive nenhuma derrota, como se eu sozinho aqui tivesse ganho todas as questões em favor do Governo citei aqui, porque saiu um pouco truncada a matéria no jornal. Ai respondo assim: "A Assembleia necessita do meu trabalho lá. A minha condição de Liderança neste período de quase dois anos o Governo não perdeu uma votação sequer na Assembleia. Conduzimos com muito cuidado a Assembleia. E se tiver que deixar a Assembleia, o Governador - ai quero dizer que o Governador já perdeu alguns Deputados importantes aqui, foi o caso do Deputado Hermas Brandão, do Deputado Nelson Justus, e que praticamente sobram poucos Deputados com a condição e ajudar nessa tarefa de ser Líder do Governo. Não é fácil, é uma decisão bastante difícil para eu tomar nessas próximas horas, essa decisão."

E reconheço que falei na hora, não me veio, porque afinal de contas também, ninguém é de ferro e na entrevista, de uma hora e meia, com toda a experiência que já tenho, sou muito mais entrevistador que entrevistado.

Então, não tenho nenhum constrangimento em dizer que acabei omitindo aqui, Senhor Presidente, a ajuda que tive de todos os Líderes de Partidos aliados - e até da oposição, que em muitas ocasiões, até contradizendo o que disse o Deputado Cartário, que agora temos que ser oposição, porque até agora fomos uma espécie de "larançico". Acho que não, Cartário, te respeito bastante e você sabe que a teu pedido não fui lá no seu município, contrariando o desejo do meu Partido de ir lá fazer campanha política para o candidato ligado ao meu Partido.

Entendo que todos que votaram até hoje aqui na Assembleia, votaram pelas suas próprias consciências, votaram pelas suas

responsabilidades, votaram pensando no Paraná, não votaram pensando em ajudar o Governador Jaime Lerner e votaram muitas vezes com muitas ressalvas, vários Parlamentares aqui: "Vou votar favoravelmente a determinado projeto, mas ainda tenho minhas dúvidas". Acho que é isso fazer oposição.

Acho que votar contra também é fazer oposição, é o que quero dizer aqui, Cartário, que todos aqui exerceram condignamente as suas funções e me foram extraordinariamente auxiliares nesta nossa luta nesses dois primeiros anos. Falei e reconheço que falei, quando fui apenas individual nessa análise aqui dizendo: "Eu ganhei todas, nós ganhamos todas, a Assembleia ganhou todas, o Governo ganhou e o Paraná ganhou, com muitas ressalvas, quero dizer.

Então, quero dizer que reconheço a contribuição que cada um me deu aqui nesta Assembleia, porque não é fácil você estar 12 anos numa situação de oposição, sempre contestando, e de repente virar para o outro lado da situação. Então, quero aqui, publicamente, sem nenhum constrangimento e com toda a minha humildade dizer que reconheço a contribuição que cada um dos Senhores Parlamentares me deram e quero também dizer que o Deputado Valdir Rossoni, Líder do nosso Partido, quando ocupou a Liderança do Governo, e até mesmo não como Líder do Governo, mas como Líder do Partido, foi o meu grande auxiliar nas decisões, na ajuda de conversar com este ou com aquele Deputado, na ajuda de convencimento para aprovar este ou aquele Projeto.

Então, Senhor Presidente, volto a reafirmar, sem nenhum constrangimento e com muita humildade, venho aqui fazer este esclarecimento dividindo todas estas vitórias, os bons resultados da Casa com todos os Parlamentares, inclusive com a oposição que faz o seu papel inteligente que faz seu papel contraditório aqui nesta Casa.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Algaci Túlio, agradeço que o senhor realmente não participou na campanha da Fazenda Rio Grande. Agora Vossa Excelência sabe que eu não vou e nunca fui convidado a ir ao Palácio, a Secretarias, aparecer em fotografias junto com o Governador, porque sei que o Governador olha para mim e sempre vê na minha fisionomia que se dependesse de mim, o Governador que estaria no Governo era o Alvaro Dias e não ele.

É difícil querermos tapar o sol com a peneira agora, mas temos que analisar também Deputado, é quando fui convidado a ir no Parque Castello Branco e naquela reunião que o Governador fez com os Deputados, ele falou para nós o seguinte: "É

minha palavra de honra, vou ajudar vocês para que elejam os seus Prefeitos, vou ajudá-los a serem Deputados, visto que já fiz isto com os Vereadores de Curitiba." Sei que o Governador é um homem honesto, mas neste caso ele faltou com a palavra comigo, porque foi a esposa dele, foi o irmão, foi a Fani, foi o Júlio Lerner, foi o Henrique Lerner, foi o Jaime Lerner, foi o Cássio Taniguchi, e foi muita artilharia contra mim, por uma palavra que ele deu publicamente numa reunião com todos os Deputados no Parque Castello Branco. Não me ofereci para apoiar o Governo, fui convidado, então queria citar que Vossa Excelência como Líder do Governo, merece todo nosso respeito.

Prefiro deixar de ser Deputado se tiver que ficar aqui para agredir Deputado. Sei o quanto é difícil vir para esta Casa como Deputado e jamais vou agredir algum Deputado aqui. Se for, é involuntariamente, por isso Vossa Excelência fique tranqüilo que continua recebendo o meu respeito e o meu aplauso pela sua postura com respeito à nossa eleição da Fazenda Rio Grande. Já, infelizmente, o Governador - não sei porque - não cumpriu com a palavra que deu no Parque Castello Branco.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu lhe agradeço.

Evidentemente é muito difícil, convenhamos todos nós, para o Governador que ganhou o Governo com uma eleição tão grande como a nossa, atender interesses de um partido ou de outro, não é fácil, mas de qualquer maneira tenho a certeza de que vamos continuar aqui na Assembléia prestando um grande serviço ao Paraná e espero com seu apoio, Deputado Cartário, apesar dos pesares, também colaborar conosco.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Algaci, poucas vezes na minha vida vi um político ter a coragem que o senhor teve agora, de num programa de televisão, num momento de descontração, fazer uma afirmação que pudessem ter magoado este ou aquele companheiro de Partido ou de bloco situacionista, e Vossa Excelência ir à tribuna desta Casa e fazer uma auto-crítica.

Meus parabéns a Vossa Excelência, que certamente cresceu no conceito de todos nós, seus colegas Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Romanelli.

Talvez se eu fosse diferente, muito "salto alto", muita prepotência, talvez eu não passasse por uma eleição de Vereador. Não mudei. A minha voz continua o mesmo, os cabelos é que estão desaparecendo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerado o Horário das Lideranças, concedo três minutos para o Deputado Duílio Genari.

O SR. DUILIO GENARI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Gostaria - não seria uma resposta ao meu colega Deputado Edgar Bueno, mas assim para deixar um pouco claro o problema de Cascavel.

Fizemos uma eleição muito bonita lá no oeste do Paraná. Tive a honra de participar em dezoito municípios. Um dos municípios que tivemos uma disputa muito grande, o Edno Guimarães de um lado e eu do outro, em Brasilândia do Sul, nós vencemos a eleição. Lá em Assis Chateaubriand o Edno estava com um candidato e eu estava com outro, e quem venceu a eleição foi o outro candidato, o Vite. Poderia falar, por exemplo, de Ouro Verde do Oeste, município meu, aonde fiz 75% dos votos de Vereador e quando lá o nosso candidato era o candidato do Governador Jaime Lerner - o Lázaro - era o candidato da situação, era o candidato da Prefeita Cleonice, e era o meu candidato e candidato do Deputado Federal Dirceu Sperafico. E quero dizer que lá também houve, por exemplo, o coordenador, o Chefe do Núcleo da Secretaria de Agricultura de Toledo, que é cargo de confiança do Governador Jaime Lerner e que esteve lá apoiando, discursando no comício em favor do candidato que é do PMDB; esteve lá o Comandante do Corpo de Bombeiro. Esteve lá o Líder do PDT de Toledo, Vereador Marcondes, nos comícios, apoiando o candidato do PMDB.

Não significa que quero com isto, vir aqui justificar, mas tive também uma honra muito grande. Por exemplo, apoiamos em Toledo nosso candidato, o candidato Derlei Donin, que obteve mais de 20 mil votos, onde o candidato da situação obteve 11 mil e poucos votos e do PMDB nove, e mais a candidata Maria Patinho, dois mil votos.

Estivemos em Tupanci, juntos, eu e o Deputado Élio Rusch, e vencemos a eleição. Em Nova Santa Rosa, o Deputado Élio Rusch estava de um lado e eu do outro. Venci a eleição, apoiando o meu candidato. Em Maripá aconteceu a mesma coisa: nós vencemos a eleição. Em Nova Aurora, o meu candidato do PDT, conseguimos fazê-lo candidato único, meu amigo Delmo. Em Iguatu, o candidato do PDT, quando o Edgar esteve lá também apoiando ele - e eu apoiiei ele - que é meu amigo, o Prefeito Añacleto, e onde nós apoiamos o candidato dele e vencemos a eleição. Em Guaíra, estivemos juntos com o Deputado Rossoni, apoiando o candidato apoiado pela Prefeitura, Dona Ada, que é do meu Partido. Em Santa Helena, apoiiei o Silão, que é do PPB e o vice é do PMDB, e

Curitiba, terça, em 22.10.96

vencemos a eleição. Mas, ao mesmo tempo, apoiei o candidato de São José das Palmeiras, contra o candidato do Élio Rusch e perdi a eleição. E tive uma honra muito grande, mas muito grande mesmo, a convite de Salazar Barreiros, quando me pediu que fizesse uma gravação em favor da candidatura dele e acho que agi consciente e com a ética muito grande. Primeiro, sou Líder do PPB; segundo, o Salazar Barreiros me procurou para que eu o apoiasse terceiro, quando - e é verdade o que o Edgar falou hoje aqui - é verdade que eu disse: "Olha, Edgar, eu vou ser candidato, vou procurar transferir os trezentos votos que para mim é um honra muito grande ter trezentos votos lá em Cascavel, como Deputado Estadual." Mas lá em Iguaçu o Deputado Edgar está bem lembrado quando pedi ao Deputado, junto com o Presidente da Câmara de Cascavel, ele disse: "Por favor, não vá lá em Toledo." E a resposta do Deputado Edgar foi clara: "Eu sou homem de partido e eu tenho que apoiar o candidato do meu partido em Toledo". Eu fiquei quietinho.

Com referência às declarações, é verdade, por sinal estava lá em Novo Sobradinho, fazendo campanha política à noite, acho que por volta das oito, nove horas da noite, quando um repórter da Rádio Capital ou Nacional, me entrevistou. E é verdade que eu disse que na reunião que foi marcada audiência para estar presente o Deputado Edgar, o Deputado Colombo, o Nereu Moura, o Sâmis, o Spada, o Élio Rusch, e que eles marcassem essa audiência juntamente com a Reitoria da Universidade, e ainda, se possível, os Presidentes das quatro associações, dos quatro municípios de Foz de Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Cascavel.

Também fui avisado no dia, de manhã, que haveria aquele encontro, pela Secretária. E fui lá. E minha surpresa, lá não estava o Edgar, lá estava, sim, o representante do Deputado Élio Rusch, o representante da Sâmis e, se não me engano, o representante do Spada.

Não convidei nenhum deles. Nenhum deles. Fiz a declaração. A pergunta feita foi se Vossa Excelência estava presente e eu disse que não. Me perguntaram qual o município foi beneficiado. Foi Toledo. E é verdade. Foi isso que aconteceu.

Os comentários da rádio, aí não si. Mas o que disse foi isso. E repito aqui: Vossa Excelência, de fato, não estava junto. Possivelmente o Reitor e o Secretário passaram despercebidos, não convidaram Vossa Excelência.

Também foi dito que mudo a cada Governo. Quero dizer ao Deputado Edgar, que para mim foi uma honra muito grande ter recebido do Deputado Algaci Túlio, nosso Líder, Líder do Governo e do

Deputado, nosso Presidente da Assembléia, quando nos convidou para ir no dia 16, 17 de janeiro, almoçar e conversar com o Governador Jaime Lerner.

Após aquela conversa que tive com eles, na qual o Deputado Algaci Túlio e o Deputado Aníbal Khury estavam presentes e que ainda o Secretário Giovani, o Guelmann estavam presentes, após aquele dia jamais falei de ética aqui nesta Casa. Jamais o Líder do Governo precisou falar comigo para eu conduzir a Bancada, em favor do Governo. Jamais o PPB, e para nós é uma honra. Eu me orgulho de participar deste Governo.

Fui Vereador e com muita honra. Até hoje sou o Vereador mais votado do Município de Toledo. Terceiro mandato de Deputado, assumi como suplente. Fui Prefeito de Toledo seis anos. Perdi uma eleição para Prefeito, em Toledo. Talvez a maioria não saiba disso. Quero confessar a todos, perder eleição é muito pior que ganhar eleição. Cada um de nós que perde uma eleição, precisa pôr a cabeça no lugar.

Não adianta o Deputado Edgar Bueno procurar debitar outros. Não adianta nada disso. Acho que Cascavel estava muito bem servida de candidatos. Qualquer um dos três que vencesse a eleição, seria bom Prefeito. Mas a minha posição foi com ética e apoiei, de fato, Salazar Barreiros.

Acho que agora, vamos nos unir, a partir do dia 10. de janeiro, ajudar, se necessário for, o Senhor Salazar, para que ele Faça uma grande administração em favor de Cascavel. Da mesma maneira que vou fazer em todos os municípios que venci as eleições e naqueles que perdi. Se o Prefeito me procurar, se o Prefeito achar que o meu trabalho pode servir, pode ajudar o Prefeito, a população, estarei à disposição.

O Sr. Edgar Bueno - Olha, na verdade, o senhor apoia as pessoas que o senhor deseja apoiar, e não contesto isto, o senhor apoia quem o senhor quiser apoiar.

Agora, não sei se o seu apoio trouxe tantos votos ao Prefeito Salazar Barreiros, como as suas declarações destruíram muitos votos meus, quer dizer, foi uma coisa diferente, o seu apoio não levou a vitória o Salazar Barreiros, mas as suas declarações significaram mais de 20 mil panfletos na cidade, que o senhor havia convocado essa reunião. Se o senhor realmente foi a pessoa que convocou a reunião, o senhor não teve competência para avisar o meu gabinete.

Mas, conforme as declarações do próprio Reitor, ele disse que o senhor apareceu oportunamente meia hora antes dessa reunião. E o senhor sabe que os valores destinados a

UNIOESTE foram única e exclusivamente técnicos. Portanto, não são verdadeiras as suas declarações. E logicamente que o senhor, por mais de cinco vezes, declarou que ia tentar transferir os seus 300 votos para mim, aliás, os 380 votos que o senhor fez em Cascavel. Logicamente que muito me orgulharia receber os seus 380 votos.

Fizemos uma eleição em Cascavel que teve uma diferença muito pequena, e o senhor, como Líder do PPB - se o senhor tiver dignidade, vontade de esclarecer os fatos - o senhor vai pedir que se reconte os votos. O senhor não fique nos jogando contra a Justiça Eleitoral e nem diga que o seu Prefeito não tem medo da recontagem, pois "quem não deve não teme". E se o seu Prefeito não deve, se o senhor não deve, o senhor deve ser o primeiro a levantar esta bandeira de recontagem, porque o povo de Cascavel quer esclarecimento.

Portanto, não aceito desculpas, e outra questão: qualquer Governador que se eleger no Paraná: se o senhor for Deputado, eles não precisam lhe convidar, eles não precisam abrir as portas, o senhor entra nem que seja pela janela, porque este é o seu jeito de exercer o seu mandato delegado pelo povo aqui, nesta Assembleia Legislativa.

Todos me conhecem e fui saber em Toledo o porquê deste comportamento dúbio de sua pessoa, e em Toledo eles não se admiraram, e aí me fizeram um relato de todos os Governos que passaram, e de todos o Senhor foi contra. Todos eles o senhor desejou que o outro adversário fosse o eleito, e no entanto, no outro dia o senhor estava prestando serviço ao Governo instalado.

Então, quem muda é o Governo, o senhor é que não muda.

O Sr. Geraldo Cartário - Veja bem, mais uma especialidade do Deputado Edgar - que é meu amigo e é um pouco ciumento.

Afirmo e reafirmo: o Salazar não se preocupa com a recontagem e votos. E afirmo o que eu disse também no jornal, a recontagem representa a falta de confiança de quem escrutinou a eleição naquele dia.

Quero agradecer esta oportunidade, e dizer que qualquer recontagem já é por dúvida da Justiça de Cascavel.

Gostaria de agradecer o Deputado Alborghetti e quero confessar, Deputado: convidei Vossa Excelência para ir lá e ainda pedi a Comissão Organizadora do nosso Comitê, do nosso Diretório, que no dia que Vossa Excelência estivesse lá, fosse escolhido a melhor Banda, o melhor som daquela região. Queria que Vossa Excelência estivesse lá para ajudar o nosso amigo, o candidato a Vereador

Curitiba, terça, em 22.10.96

Jair, que não se elegeu, que possivelmente talvez tivesse havido a possibilidade de Vossa Excelência ter ido lá, tenho certeza que Vossa Excelência transferiria muitos votos para o Vereador, e é claro para o nosso candidato, quem sabe lá a diferença não seria 10 mil votos, mas talvez 12 mil votos.

Obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Só para fazer um pequeno registro, que acho que alguns Deputados não entenderam muito bem: a expressão utilizada pelo Deputado Dullio Genari, não é de sua autoria, é de autoria de um poeta famoso, chamado Bocage, que é português e diz o seguinte: "é doido, é muito doido perder uma eleição, tanto quantas vezes é doido de quem ganha uma eleição." É uma dor profunda em quem ganha a eleição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Queria fazer um registro da presença do nosso vice-Prefeito eleito de Quedas do Iguaçu, meu companheiro Edmir Geraldi, que juntamente com o seu irmão, o Prefeito eleito Pedro Geraldi. Estarão, a partir de janeiro, fazendo um grande trabalho por Quedas do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Pela Ordem) - Encerrado o Horário das Lideranças.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apolado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apolado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

3a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 297/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual de Paranavai, Ensino de 1o. e

Curitiba, terça, em 22.10.96

2o. Grau, com sede e foro no Município de Paranaíba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2a. DISCUSSÃO. Emenda: Aprovada. Projeto: Aprovado.**

ITEM 02

2a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 454/96, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor João Paulino Vieira Filho. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, arúgo por artigo.**

ITEM 03

1a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 391/96, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Mutuários da Habitação de Ponta Grossa e Região. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. no. 136, de 16.10.96).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI No. 391/96**

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles Mello, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Mutuários de Ponta Grossa e Região.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei no. 6.994/78, que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.96.

(aa) **JOEL COIMBRA** - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 04

1a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 296/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de pais e Mestres do Colégio Estadual Silvio Vidal, Ensino de 1o e 2o. Grau, com sede e foro no Município de Paranaíba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. no. 101, de 01.07.96)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI No. 296/96**

PARECER:

Pág. 32

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Silvio Vidal, Ensino de 1o. e 2o. grau, com sede e foro no Município de Paranaíba.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei no. 6.994/78, que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.96.

(aa) **JOEL COIMBRA** - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 05

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 310/96, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Alan Kardec - Mensageiros da Paz, com sede e foro na cidade de Ibiaporá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. no. 106, de 09.07.96).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI No. 310/96**

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que visa declarar de Utilidade Pública o Centro Espírita Alan Kardec - Mensageiros da Paz, com sede e foro na Cidade de Ibiaporá.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei no. 6.994/78, que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.96.

(aa) **JOEL COIMBRA** - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 06

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 330/96, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar quadro especial da Divisão de Engenharia da Procuradoria Geral do Estado. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. no. 114, de 05.08.96).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI No. 330/96**

PARECER:

Relatório:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar o Quadro Especial da Divisão de Engenharia na Procuradoria Geral do Estado.

Fundamentação:

A proposição em tela faz-se necessária devido ao fato de que a Procuradoria de Assuntos Especiais, órgão da Procuradoria Geral do Estado, trabalham funcionários com atribuições de vital importância para a arrecadação de renda para os cofres públicos do Estado. São eles que realizam as avaliações nos casos de impostos "causa mortis" e de desapropriações. Sem os trabalhos técnicos desses funcionários seria impossível chegar-se ao bom termo das ações ajuizadas.

Conclusão:

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 07

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 372/96, de autoria do Deputado Remy Borsatto, que declara de Utilidade Pública a PROVOPAR (Programa de Voluntariado Paranaense e Ação Social) de Céu Azul, com sede e foro na Cidade de Céu Azul, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. no. 120, de 13.08.96).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI No. 372/96**

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Remy Borsatto, que visa declarar de Utilidade Pública a PROVOPAR (Programa de Voluntariado Paranaense e Ação Social) de Céu Azul com sede e foro na Cidade de Céu Azul, Estado do Paraná.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei no. 6.994/78, que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 08

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 430/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de

Utilidade Pública o Hospital e Maternidade Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de São João do Triunfo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. no. 139, de 17.09.96).

*** COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI No. 430/96**

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública o Hospital e Maternidade Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de São João do Triunfo.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei no. 6.994/78, que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Lulz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento no. 1120, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

Requerimento no. 1139, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

Requerimentos nos. 1168 e 1169, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nos. 1170 a 1177, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. Retirados pelo autor.

Requerimento no. 1173, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1183, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. Em Discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nos. 1184 e 1185, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1186, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nos. 1187 e 1188, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nos. 1189 a 1196, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1197, de autoria do Senhor Deputado João Techy, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nos. 1199 e 1204, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1200, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nos. 1201 e 1202, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1203, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Trata-se apenas de uma sugestão, me parece.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Ele invoca o artigo 55 da Constituição do Estado, que é um pedido de informações.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pedido de Informação. Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para discutir. Adiado na forma regimental.

Já de antemão, uma conversa com o ilustre Deputado, acho que haverá um entendimento pelas duas Lideranças.

Com sua discussão adiada do ilustre Deputado Nereu Moura, em via de corresponder-se a um Pedido de Informações, sobre gastos com publicidades do Governo, e órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado.

Para encaminhar, o autor Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar) - Em conversa com o Deputado Algaci Túlio, coloquei a ele a apreensão que temos neste instante, as informações que corre no Paraná com números distorcidos, com gastos com publicidade do Governo do Estado. Há quem fale que o Governo do Estado despendeu no ano passado, 40 milhões de reais; outros que o Governo gastou 20 milhões.

Então, gostaríamos de saber estas informações, para que possamos, na condição de Parlamentar, dar informações corretas e que representem a realidade, sem aumentar e sem diminuir. O Deputado Algaci Túlio me pediu que eu tirasse da discussão de hoje, desta sessão, por 10 dias talvez, este pedido, a fim de que ele possa, em conversa com o Secretário da Comunicação do Paraná, levantar esses dados e nos repassar.

Desta forma, Senhor Presidente, solicito a retirada do meu Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Retirado o Requerimento, em favor.
Deferido pela Mesa Executiva.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nos. 391/95; 296, 310 e 430/96.

1a. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nos. 336 e 436/96.

Levanta-se a sessão.